

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

MAJ Art RAFAEL SILVA RUIZ

**A MOBILIDADE HUMANA FORÇADA NA ÁFRICA E
SEUS REFLEXOS PARA O BRASIL**



Rio de Janeiro

2018

MAJ Art RAFAEL SILVA RUIZ

A MOBILIDADE HUMANA FORÇADA NA ÁFRICA E SEUS REFLEXOS PARA O BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado Maior do Exército como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Orientador: Ten Cel Inf Anselmo de Oliveira Rodrigues

Rio de Janeiro

2018

R 934r Ruiz, Rafael Silva.

A Mobilidade Humana Forçada na África e seus Reflexos para o Brasil. / Rafael Silva Ruiz. – 2018. 61 f. : il ; 30cm.

Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2007.

Bibliografia: f. 56-61.

1. Geopolítica Brasil - África. 2. Estados Falidos. 3. Refugiados. I. Título.

CDD 355.6

A Mobilidade Humana Forçada na África e seus Reflexos para o Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado Maior do Exército como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em 26 de novembro de 2018.

COMISSÃO AVALIADORA

Anselmo de Oliveira Rodrigues - Ten Cel Inf - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Rômulo Gomes do Nascimento - Ten Cel Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Marcos Luiz da Silva Del Duca - Ten Cel Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa Ana Paula e meus filhos Guilherme e Ana Clara. Uma sincera homenagem pelo carinho, apoio e compreensão demonstrados durante a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao Tenente Coronel Anselmo de Oliveira Rodrigues, não só pela orientação firme e segura, como também, pelo incentivo e pela confiança evidenciados em várias oportunidades. Sua dedicação se revestiu de capital importância para que eu pudesse realizar o trabalho com tranquilidade.

RESUMO

A República Federativa do Brasil e o continente africano apresentam relações históricas muito fortes, que se iniciaram a partir do século XVI e perduram até os dias atuais. Essas influências moldaram a formação étnica e cultural do povo brasileiro. Atualmente, o Brasil constitui-se numa das dez maiores economias do mundo e está consolidado como uma potência regional que busca, cada vez mais, ampliar sua influência no cenário internacional. Por outro lado, fruto de uma descolonização tardia, problemas internos, anos de exploração, dentre outros fatores, a África, sobretudo na nova ordem mundial pós Guerra-Fria, continua apresentando uma série de óbices em seu desenvolvimento, com ênfase nas expressões política, econômica e social. Esses problemas refletem, num primeiro momento, nos baixos índices de desenvolvimento humano e estatal da região e, num segundo momento nas questões migratórias forçadas do continente. Nesse contexto, o trabalho propôs a analisar em que medida os movimentos migratórios forçados ocorridos na África podem afetar o Brasil. Esse estudo foi feito sob a ótica de elementos da geopolítica e teve como pano de fundo o Atlântico Sul. Para alcançar esse objetivo, a pesquisa procurou se amparar na revisão conceitual de pressupostos teóricos geopolíticos e na análise geopolítica das regiões banhadas pelo Atlântico Sul, tanto no campo econômico como no psicossocial. Além disso, o trabalho procurou traçar um panorama atual situação da falência estatal em alguns países africanos e seu consequente impacto nos movimentos populacionais forçados.

Palavras-chave: África; Brasil; Geopolítica; Estados-Falidos; Migração; e Refugiados.

RÉSUMÉ

La République fédérative du Brésil et le continent africain entretiennent des relations historiques très fortes, remontant au XVI^e siècle et se poursuivant jusqu'à nos jours. Ces influences ont façonné la formation ethnique et culturelle du peuple brésilien. À l'heure actuelle, le Brésil est l'un des dix plus grandes économies du monde et est consolidée en tant que recherche de puissance régionale, étendre de plus en plus son influence sur la scène internationale. D'autre part, le résultat d'une décolonisation tardive, les problèmes internes, des années d'exploration, entre autres facteurs, l'Afrique, en particulier dans le nouvel ordre mondial après la guerre froide, continue de présenter un certain nombre d'obstacles dans son développement, en particulier sur le plan politique, économique et social. Ces problèmes reflètent en premier lieu les faibles niveaux de développement humain et étatique dans la région et, deuxièmement, les problèmes de migration forcée du continent. Dans ce contexte, les travaux ont proposé d'analyser dans quelle mesure les mouvements migratoires forcés en Afrique peuvent affecter le Brésil. Cette étude a été réalisée du point de vue des éléments de la géopolitique et avait l'arrière-plan de l'Atlantique Sud. Pour atteindre cet objectif, la recherche visait à appuyer l'examen des hypothèses théoriques géopolitiques et l'analyse géopolitique des régions bordant l'Atlantique Sud, à la fois en domaines économiques et non psychosociaux. En outre, les travaux visaient à décrire l'état actuel de la faillite de l'État dans certains pays africains et son impact sur les mouvements de population forcés.

Mots-clés: Afrique; Le Brésil; Géopolitique; États en faillite; Migration; et réfugiés.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|----------|---|----|
| Figura 1 | O continente africano..... | 12 |
| Figura 2 | Desenho de Pesquisa..... | 20 |
| Figura 3 | Emprego da Triangulação nessa Pesquisa..... | 21 |
| Figura 4 | África, Brasil e Atlântico Sul..... | 31 |
| Figura 5 | População preocupante pelo mundo..... | 49 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|----------|--|----|
| Tabela 1 | Metodologia adotada pelo <i>Fund for Peace</i> | 38 |
| Tabela 2 | Conceito dos Indicadores do FSI (coesão)..... | 38 |
| Tabela 3 | Conceito dos Indicadores do FSI (fatores políticos)..... | 39 |
| Tabela 4 | Conceito dos Indicadores do FSI (fatores econômicos)..... | 39 |
| Tabela 5 | Conceito dos Indicadores do FSI (fatores sociais)..... | 40 |
| Tabela 6 | Ranking FSI dos Estados Africanos banhados pelo Atlântico Sul..... | 42 |
| Tabela 7 | Tipos de Mobilidade Humana Forçada..... | 45 |
| Tabela 8 | Números da mobilidade forçada..... | 50 |
| Tabela 9 | Triangulação das conclusões parciais..... | 53 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|-----------|---|----|
| Gráfico 1 | A Pirâmide dos Estados Falidos..... | 41 |
| Gráfico 2 | Os Países Africanos do Atlântico Sul na Pirâmide dos Estados Falidos..... | 43 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-------|---|
| ACNUR | Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| END | Estratégia Nacional de Defesa |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| FSI | <i>Failed State Index</i> |
| GM | Guerra Mundial |
| LBDN | Livro Branco da Defesa Nacional |
| MRE | Ministério das Relações Exteriores |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PND | Política Nacional de Defesa |
| RDC | República Democrática do Congo |
| UNHCR | Agência das Nações Unidas para Refugiados |
| URSS | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas |
| US\$ | Dólares americanos |

SUMÁRIO

| | | |
|-------|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 12 |
| 1.1 | PROBLEMA..... | 15 |
| 1.2 | OBJETIVO..... | 16 |
| 1.2.1 | Objetivo Geral | 16 |
| 1.2.2 | Objetivos Específicos | 16 |
| 1.3 | JUSTIFICATIVA..... | 17 |
| 2 | METODOLOGIA | 17 |
| 2.1 | TIPO DE PESQUISA..... | 18 |
| 2.2 | DESENHO DA PESQUISA..... | 19 |
| 2.3 | TRIANGULAÇÃO METODOLÓGICA..... | 20 |
| 2.4 | LIMITAÇÕES DO MÉTODO..... | 22 |
| 3 | GEOPOLÍTICA | 22 |
| 3.1 | GEOPOLÍTICA CONCEITUAL..... | 23 |
| 3.1.1 | O Conceito de Geopolítica | 23 |
| 3.1.2 | Teorias Geopolíticas do Espaço Vital e do Poder Marítimo | 24 |
| 3.1.3 | Geopolíticos Brasileiros | 27 |
| 3.1.4 | O Atlântico Sul no Contexto Geopolítico | 30 |
| 3.2 | ANÁLISE GEOPOLÍTICA..... | 31 |
| 4 | ESTADOS FALIDOS | 34 |
| 4.1 | ESTADOS FALIDOS..... | 34 |
| 4.2 | ANÁLISE DE FALÊNCIA ESTATAL DO OESTE DA ÁFRICA..... | 37 |
| 5 | A MOBILIDADE HUMANA FORÇADA | 43 |
| 5.1 | DISCUSSÃO CONCEITUAL SOBRE A MOBILIDADE HUMANA FORÇADA..... | 44 |
| 5.2 | ANÁLISE DA MOBILIDADE HUMANA FORÇADA NOS ESTADOS AFRICANOS BANHADOS PELO ATLÂNTICO SUL..... | 49 |
| 6 | CONCLUSÃO | 51 |
| | REFERÊNCIAS | 56 |

1 INTRODUÇÃO

O continente africano é o terceiro mais extenso do planeta e cobre uma área equivalente a cerca de 20% de terra firme no bloco (RODRIGUES, 2015). Em termos políticos, a África também se destaca no cenário mundial, possuindo em seu território 54 países, todos reconhecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), o que representa 27% dos seus Estados membros (VISENTINI, 2014). A figura nº 1 mostra a configuração política atual do continente africano:

Figura nº 1 - O continente africano



Fonte: MISOSOFT, 2012.

Mas para obter essa configuração política, o continente africano passou por um longo processo de evolução histórica. Nesse aspecto, Rodrigues (2015) ressalta que o século XVI representou um grande momento de inflexão na trajetória da África. A partir

desse século, os países europeus iniciaram seus projetos colonizadores e expansionistas ao redor do mundo, com a África exercendo papel de destaque nesse tabuleiro geopolítico, como região a ser explorada. Tal processo de influência e dominação europeia permaneceu durante os séculos seguintes presente na região, não apresentando mudanças significativas até a 2ª Guerra Mundial (GM), momento em que se caracterizou como sendo um divisor de águas na relação histórica estabelecida entre europeus x africanos (RODRIGUES, 2015).

Após a 2ª GM, verificou-se o surgimento da Guerra Fria no sistema internacional, trazendo consigo questões relativas à disputa política, ideológica e econômica entre as duas superpotências mundiais da época: os Estados Unidos da América (EUA) e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Ao mesmo tempo em que esse fenômeno se instaurava no planeta, notava-se a pressão exercida pela sociedade pela autodeterminação de inúmeros Estados no sistema internacional, os quais eram antigas colônias de países europeus (VISSENTINI, 2014).

Em meio a essa realidade e sob a chancela da Guerra Fria, o continente africano inaugurava um processo caracterizado pela independência de vários países, que antes eram considerados colônias europeias e que a partir da segunda metade do século XX passaram a ser reconhecidos como Estados independentes pelo Sistema Internacional (OLIVEIRA, 2009). Mas o que em primeira instância poderia ser uma solução, não passou de uma tentativa fracassada em que se notou uma degradação significativa das frágeis instituições dos recém-criados Estados africanos. Sob as mais variadas motivações, o processo de independência trouxe consigo a eclosão de inúmeros conflitos, ocasionando graves consequências no continente e desestabilizando ainda mais a estrutura dos países africanos (AKOKPARI, 2016).

Diante disso, os recém-criados Estados africanos ficaram a deriva no sistema internacional e esse fato fez com que os mesmos recorressem junto aos EUA e a ex-URSS, o apoio político, econômico e militar de que tanto necessitavam. No entanto, Xavier (2015) esclarece que o apoio político e financeiro fornecido pelas duas superpotências eram seletivos, ou seja, eram prestados somente a determinados países, os quais eram escolhidos de acordo com os interesses políticos e estratégicos das duas superpotências da época. Esses apoios, a médio prazo, passaram a se tornar

os principais responsáveis pela manutenção do “*status*” de Estado de inúmeros países africanos.

Com o colapso da ex-URSS e o desabrochar de uma nova ordem mundial, esses países ficaram ainda mais fragilizados no sistema internacional. Rodrigues (2015) corrobora tal afirmativa e destaca que o término dessa disputa ideológica entre os EUA e a ex-URSS descortinou um cenário complexo no continente africano caracterizado por disputas entre grupos africanos pelo poder estatal, que muitas das vezes não ficavam limitados no campo político, por guerras intraestatais, por instabilidades políticas regionais, pela ocorrência de movimentos migratórios forçados, dentre outros.

Não obstante essa realidade, Visentini (2014) destaca que a globalização iniciada após a queda do muro de Berlim se notabilizou por também ser seletiva, pois marginalizou o continente africano no âmbito das relações internacionais. Se por um lado, o continente europeu iniciava um processo de abertura política e econômica, conhecido como União Europeia. Por outro lado, verificou-se que a maior parte da África sofria em voltas com a regressão, com epidemias, com misérias e com diversos conflitos identitários.

Foi nessa época que houve o surgimento em várias partes do mundo, de vários países intitulados como Estados Falidos, pois suas instituições não estavam maduras o suficiente para dar sustentabilidade a esses Estados. Coincidência ou não, verificou-se uma concentração desses países em solo africano, o que veio a desestabilizar ainda mais o continente africano no pós-Guerra Fria (KISSINGER, 2015).

Atualmente, Carvalho (2017) nos assenhora que a África é um local que fica a margem do desenvolvimento mundial, contendo o maior número de países menos desenvolvidos, além de concentrar a ocorrência da maior parte dos conflitos intraestatais do mundo. Diante dessa realidade, nota-se que os dados relativos à migração forçada na África alcançaram níveis alarmantes em 2017. Para que se tenha uma ideia mais detalhada desse fenômeno, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados¹ (ACNUR), informou que a mobilidade humana forçada envolveu

¹ Agência da Organização das Nações Unidas (ONU) criada pela resolução 428 (V), de 14 de dezembro de 1950, da Assembleia Geral da ONU, para cuidar dos refugiados europeus oriundos da 2ª GM. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/historico/>>. Acesso em 26.03.2018.

um total de 65,6 milhões de pessoas em todo o planeta em 2017, sendo 22 milhões ou 1/3 do total, pertencentes ao continente africano.

Em meio a esse cenário, nota-se que o continente africano está inserido no entorno estratégico brasileiro, sendo considerada região prioritária para o Brasil nos principais documentos de defesa do país: Política Nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) (FERREIRA; MIGON, 2016). No campo histórico, percebe-se que Brasil e África possuem fortes laços culturais e históricos em comum, com destaque para os seguintes: 1) a história brasileira praticamente se confunde com a história africana; 2) brasileiros e africanos detêm fortes traços culturais e humanos em comum; e 3) a maior população negra fora da África reside no Brasil (PEREIRA; VISENTINI, 2016). No campo político e econômico, percebe-se que o Brasil estabeleceu importantes parcerias com diversos países do continente africano recentemente, dentre as quais se destacam as seguintes iniciativas: 1) BRICS²; 2) IBAS³; e 3) CPLP⁴ (PND, 2012). Assim, nota-se a importância do continente africano na política externa brasileira (BRASIL, 2016).

1.1 PROBLEMA

Diante do exposto, constata-se que o continente africano constitui-se numa região que vem sofrendo um processo degenerativo há muito tempo, apresentando um quadro atual marcado por problemas de ordem política, econômica e psicossocial, os quais favorecem a eclosão de vários movimentos migratórios forçados no respectivo continente. Aliado a isso, nota-se que a África possui importância estratégica para o

² Os BRICS atuam em duas esferas, a saber: 1) governança econômico-financeira, com prioridade na coordenação no âmbito do G-20 e na reforma do FMI; e 2) governança política, com foco na reforma das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>>. Acesso em 14 fev. 2018.

³ O IBAS atua em três vertentes: 1) coordenação política, com foco na reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e nos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030; 2) cooperação setorial, particularmente o desenvolvimento social, econômico e ambiental; e 3) cooperação com terceiros países, utilizando o fundo IBAS para ajudar na pobreza e na fome de outros países. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3673-foru-m-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas>>. Acesso em 14 fev. 2018.

⁴ A CPLP atua em quatro setores: 1) na projeção internacional da língua portuguesa; 2) no fortalecimento institucional e político de seus membros em momentos de instabilidade; 3) na proposta conjunta dos interesses em comum dos países membros nos fóruns internacionais; e 4) no desenvolvimento de programas de cooperação em diversas áreas. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3676-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa-cplp>>. Acesso em 14 fev. 2018.

Brasil, evidenciada pelos traços culturais e históricos que os dois atores possuem em comum, pela inserção do continente africano como região prioritária nos principais documentos de defesa do país e pelas políticas públicas adotadas recentemente pelo Brasil. Em vista disso, surge o seguinte problema de pesquisa:

Em que medida, sob a ótica geopolítica, os movimentos migratórios forçados ocorridos atualmente no continente africano podem afetar o Brasil?

1.2 OBJETIVO

A declaração de objetivo é a parte mais importante de um estudo de pesquisa. Ela orienta o leitor para o propósito central do estudo e, a partir daí, seguem todos os outros aspectos da pesquisa (CRESWELL, 2007). Assim, esse trabalho científico apresenta o objetivo geral e três objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Os movimentos migratórios forçados ocorridos atualmente no continente africano podem afetar o Brasil? Ao responder essa pergunta, este trabalho científico apresenta o seguinte objetivo geral conforme descrito logo a seguir:

Verificar, em que medida os movimentos migratórios forçados ocorridos no continente africano podem afetar o Brasil.

1.2.2 Objetivos Específicos

A fim de viabilizar a consecução do objetivo geral deste trabalho, foram formulados três objetivos específicos, que permitirão o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo, os quais são elencados em seguida:

- 1) Determinar, a luz da geopolítica, os países africanos mais importantes sob a ótica estratégica para o Brasil;
- 2) Mapear e ranquear, de acordo com a metodologia escolhida, os países africanos que podem afetar o Brasil com seus problemas de falência estatal; e
- 3) Mapear e ranquear, de acordo com a metodologia escolhida, os países africanos que podem afetar o Brasil na questão dos movimentos migratórios forçados.

1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Esta seção busca, de forma resumida, discorrer sobre os principais tópicos que justificam a importância desse trabalho. Sendo assim, a relevância desta proposta de pesquisa está apoiada nos campos estratégico, geopolítico, econômico, histórico e cultural, conforme o que se segue:

No campo estratégico, nota-se que o pensamento geopolítico brasileiro atual tem como um de seus propósitos, consolidar a liderança regional do Brasil. Como o continente africano faz parte do entorno estratégico brasileiro, pode se inferir que a África ocupa lugar central nessa dinâmica, pois contribui diretamente para o objetivo proposto pela geopolítica nacional.

No que concerne ao campo econômico, Costa ressalta que Brasil, Angola e Nigéria são responsáveis por cerca de 20% da produção mundial de petróleo e que essas jazidas de petróleo e de gás estão localizadas no litoral desses países. Fato que legitima a preocupação, as ações estratégicas realizadas pelo Brasil e os estudos realizados sobre o continente africano (COSTA, 2014).

Por fim, no que concerne a importância histórica, Brasil e África apresentam diversos traços em comum. Visentini (2014) destaca que as histórias de ambas as regiões estão intimamente relacionadas desde o momento em que os navegadores portugueses ocuparam as duas margens do Oceano Atlântico no século XVI. Nesse sentido, pode se inferir que inúmeros traços do povo brasileiro são frutos do que muitos autores chamam de africanização da população.

2 METODOLOGIA

Este capítulo tem por finalidade apresentar o caminho que se pretende percorrer para solucionar o problema da pesquisa, especificando os procedimentos necessários para alcançar os objetivos (geral e específico) apresentados. Dessa forma, pautando-se numa sequência lógica, o mesmo está estruturado da seguinte maneira: 1) Tipo de Pesquisa; 2) Desenho da Pesquisa; 3) Triangulação Metodológica; e 4) Limitações do Método.

2.1 TIPO DA PESQUISA

A presente pesquisa é de cunho qualitativo, buscando a triangulação de fontes, dados e perspectivas. O processo investigatório pautou-se pela busca de informações em fontes de consulta baseadas em livros, artigos científicos, sítios de órgãos governamentais, de instituições supranacionais e de entidades não governamentais (ZAPPELLINI; FEUERSCHUTTE, 2015).

No escopo dessa pesquisa, tem-se como corpo de dados dois conjuntos, assim definidos: 1) o conjunto que elenca os níveis de falência estatal apresentados pelos países africanos durante o ano de 2017; e 2) o conjunto que registra a migração forçada ocorrida na África durante o mesmo ano. Com vistas a obter uma visão estratégica sobre a ocorrência desse fenômeno, focou-se na seleção dos países com maior relevância no relacionamento Brasil-África, elementos que são analisados à luz da Geopolítica.

No que diz respeito aos níveis de falência estatal atingidos pelos Estados africanos, foram utilizados os dados que apresentam o *ranking* de falência estatal obtido pelos países africanos no sistema internacional no ano de 2017, desconsiderando as variáveis que compõem essa mensuração. As informações foram obtidas no endereço eletrônico da *Fragiled States Index*, *Think Tank* norte-americano especializado nesse assunto. A partir do universo de 54 países africanos, selecionou-se uma amostra composta por 27 dos Estados africanos, que obtiveram as primeiras posições desse *ranking*.

No tocante aos dados da migração forçada, foram utilizados os números relativos somente ao local de origem dessa população, desconsiderando as regiões de destino no cômputo desse trabalho. As informações pertinentes à migração forçada foram obtidas em relatórios disponíveis no endereço eletrônico do ACNUR. Da mesma forma como realizado no âmbito da falência estatal, realizou-se um recorte constituído de 27 Estados africanos que apresentaram os maiores números relativos à migração forçada no ano em exame.

No que concerne à delimitação executada, essa pesquisa realizou dois tipos de delimitação: conceitual e temporal. Na parte conceitual, essa investigação centrou-se nos dados relativos a todas as pessoas que foram submetidas, de alguma forma, a

algum tipo de migração forçada. Além disso, esse trabalho analisou somente os Estados que são reconhecidos pela ONU, desconsiderando aqueles que ainda não possuem esse reconhecimento, por entender que a ONU é a única instituição supranacional capaz de conferir legalidade e legitimidade no sistema internacional. Já na delimitação temporal, foram extraídos e analisados os dados que expõem a dinâmica ao longo do ano de 2017.

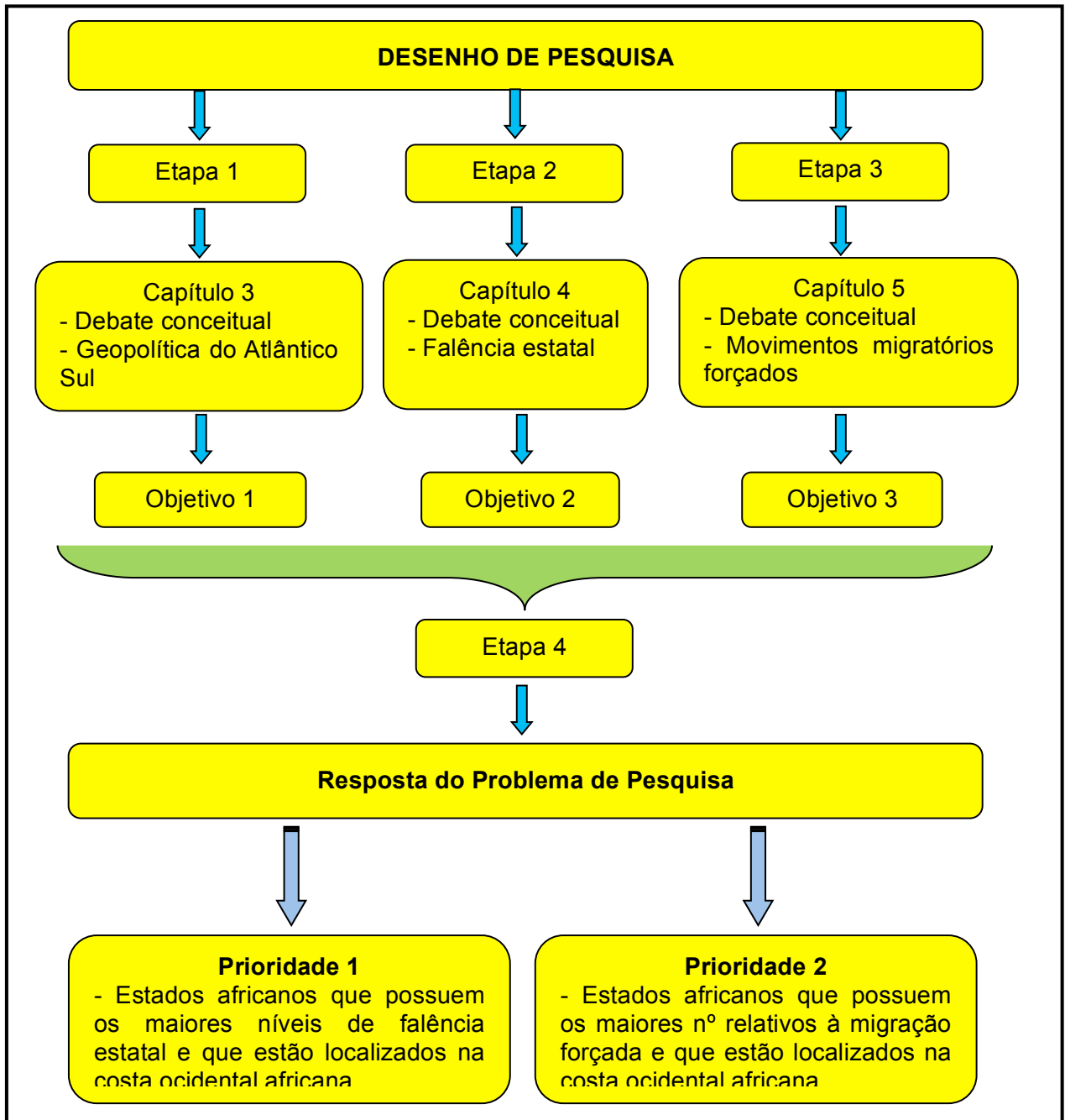
2.2 DESENHO DA PESQUISA

Esta seção tem por finalidade apresentar o desenho de pesquisa adotado para a realização desse estudo e que procura esclarecer o pensamento desencadeado para a consecução dessa investigação. Em suma, o desenho de pesquisa complementa o que foi descrito anteriormente e apresenta graficamente como o trabalho está estruturado.

Nesse sentido, o desenho de pesquisa inicia, em sua primeira etapa, com o capítulo referente a geopolítica, que serviu de base científica para o transcurso dessa investigação e que procurou alcançar o objetivo específico (Obj Espc) nº 1. Na sequência, o capítulo referente aos Estados Falidos, etapa 2, fez um debate conceitual sobre a falência estatal, bem como buscou atingir o Obj Espc nº 2. Posteriormente, o capítulo relativo às migrações forçadas ocorridas na África, abordado na etapa 3, realizou um histórico sobre a ocorrência desse fenômeno no continente, com vistas a alcançar o Obj Espc nº 3. Na sequência, a etapa 4 caracteriza a fase final da pesquisa, momento em que os dados investigados foram analisados de forma conjunta com base na teoria desenvolvida. Foi nessa fase que o trabalho investigatório alcançou o objetivo geral e respondeu o problema de pesquisa elencado no capítulo 1 desse TCC, estabelecendo uma prioridade dos países africanos que merecem mais atenção por parte do Brasil, em assuntos dessa natureza.

Em vista do que foi descrito, pode se inferir que o desenho de pesquisa propôs uma concepção de cunho qualitativa, entendendo que essa abordagem é a que proporciona estratégias suficientemente capazes para a execução da pesquisa (DRIESSNACK; SOUSA; MENDES, 2007). A seguir, a figura nº 2, apresenta o desenho de pesquisa:

Figura 2 - Desenho de Pesquisa



Fonte: elaboração própria, 2018.

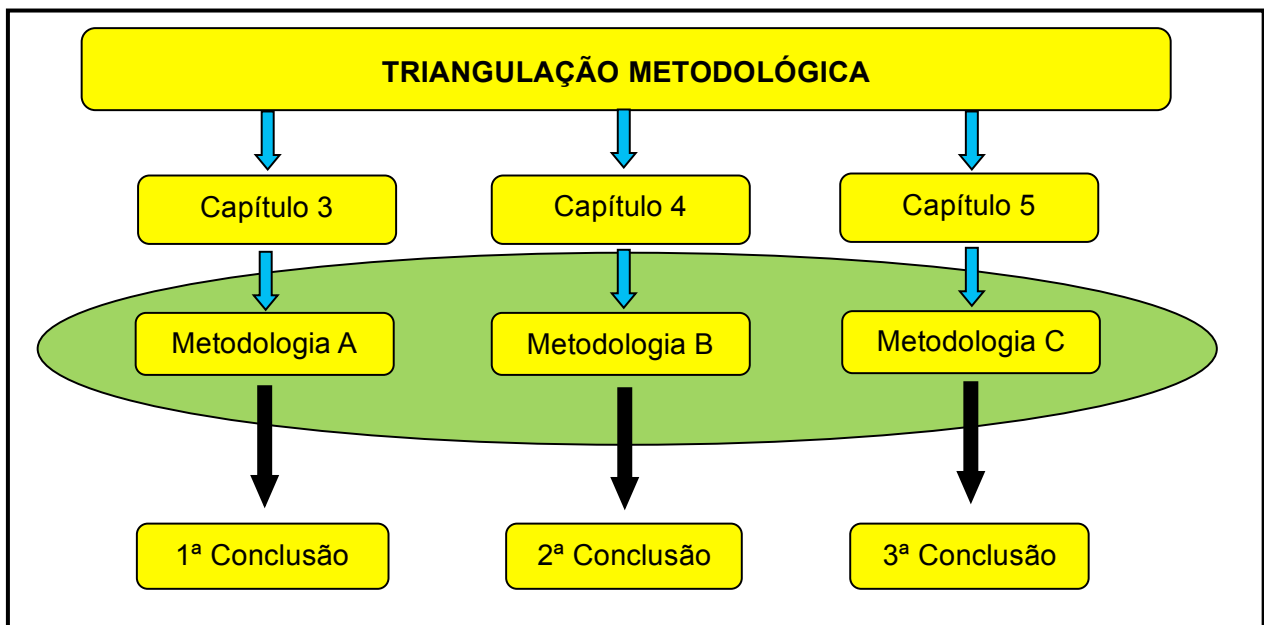
2.3 TRIANGULAÇÃO METODOLÓGICA

Esta seção tem por finalidade descrever sobre a concepção metodológica utilizada para esse trabalho. Nesse contexto, essa pesquisa entende que o emprego do conceito de triangulação na metodologia científica é a que possui as melhores ferramentas para solucionar o problema de pesquisa proposto, na medida em que a

mesma pode alcançar várias formas. Procurando resumir esse aspecto, nota-se que a triangulação metodológica pode ser obtida pela combinação de dois ou mais procedimentos metodológicos, por meio de uma combinação de duas ou mais teorias selecionadas ou até por meio de uma combinação de dois ou mais objetos de estudo definidos (ZAPPELLINI; FEUERSCHUTTE, 2015).

Não obstante a diversidade de metodologias proporcionadas pelo emprego da triangulação, Flick (2009) nos assevera que a mesma confere uma confiabilidade adicional em termos metodológicos, pois combina diferentes variáveis num trabalho científico, as quais irão abordar o problema de pesquisa com distintas perspectivas. Para essa pesquisa, o emprego da triangulação está delineado da seguinte maneira:

Figura 3 - O emprego da triangulação nessa pesquisa



Fonte: elaboração própria, 2018.

A figura nº 3 nos mostra que a triangulação metodológica foi obtida na medida em que cada capítulo desse trabalho científico adotou metodologia própria e distinta, evidenciando o emprego de mais de um procedimento metodológico no escopo de toda a pesquisa. (ZAPPELLINI; FEUERSCHUTTE, 2015).

Diante disso, pode se inferir que o emprego da triangulação promoveu amplitude e densidade nessa pesquisa, pois a adoção de três metodologias distintas neste trabalho científico possibilitou que o problema de pesquisa fosse resolucio-

distintas perspectivas, gerando um conhecimento aprofundado e consistente do objeto de estudo proposto no capítulo 1.

2.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

Esta seção discorre rapidamente sobre as principais limitações existentes quando da utilização da triangulação em pesquisas científicas.

Mesmo com inúmeros argumentos favoráveis à utilização do uso da triangulação na pesquisa científica, Barbour (2009) constata que essa metodologia possui restrições quanto o seu emprego, principalmente se os dados obtidos não se complementarem. Na mesma corrente de pensamento, Cresswell e Plano Clark entendem que essa metodologia pode se tornar frágil se os resultados obtidos se contradizerem (CRESSWELL; PLANO CLARK, 2013).

Complementando essa discussão, Gray analisa a limitação sob outro paradigma e infere que o emprego dessa metodologia numa pesquisa científica reduz as chances de erro e minimiza diversos vícios, porém não os elimina totalmente (GRAY, 2012).

Em vista do que foi apresentado, essa pesquisa reconhece as limitações do método pelos fatores elencados anteriormente, mas entende que essa metodologia é suficientemente capaz para resolver o problema de pesquisa proposto, na medida em que a mesma gera uma visão multidisciplinar sobre o objeto de estudo, proporcionando resultados mais concretos e confiáveis acerca da ocorrência desse fenômeno na África e as consequências para o Brasil nos dias atuais.

3 GEOPOLÍTICA

Esse capítulo tem por finalidade dar a fundamentação teórica desse trabalho científico, abordando o conceito de geopolítica e contextualizando esse tema na proposta dessa investigação. Inicialmente, esse espaço propõe a elaboração de um arcabouço conceitual sobre o termo geopolítica. E num segundo momento, esse capítulo busca fazer uma análise estratégica das relações entre os Estados sulamericanos, em particular o Brasil, e os africanos banhados pelo Atlântico Sul, em alguns campos do poder. Em vista disso, esse capítulo está dividido em duas seções, a saber: 1) Geopolítica Conceitual; e 2) Análise Geopolítica.

3.1 GEOPOLÍTICA CONCEITUAL

Essa seção destina-se a revisitar os principais conceitos da geopolítica, refletindo sobre os principais pressupostos teóricos que convergem com a proposta dessa pesquisa. Além dessa finalidade, esse espaço procura estabelecer um diálogo com os principais pensadores geopolíticos, que, de alguma forma, possuem idéias e conceitos que são úteis para o desenvolvimento desse trabalho. Nesse sentido, estruturou-se a organização dessa seção em quatro partes: 1) O Conceito de Geopolítica; 2) As teorias geopolíticas do Espaço Vital e do Poder Marítimo; 3) Os Geopolíticos Brasileiros; e 4) Atlântico Sul no Contexto Geopolítico.

3.1.1 O Conceito de Geopolítica

A geopolítica abarca inúmeros conceitos e definições. Diferentes autores, em distintas épocas, buscaram compreender o papel e a importância da geopolítica para a sociedade. Por incrível que pareça, essas definições não são excludentes. Pelo contrário, as mesmas se complementam na medida em que possibilitam entender a geopolítica em distintas perspectivas. É com base nesse contexto que recai a proposta dessa subseção, que é de apresentar a variedade de definições existentes acerca do termo geopolítica, de modo a fornecer uma lente conceitual básica que servirá de ancoradouro para o desenvolvimento do restante da pesquisa.

O termo geopolítica foi cunhado pelo geógrafo alemão Rudolf Kjéllen em finais do século XIX. Nessa época, o estudioso sueco entendia a geopolítica como o ramo da geografia que estuda o Estado, entendendo que o país era uma espécie de organismo geográfico ou um fenômeno do espaço (MAFRA, 2006).

Com uma concepção mais aplicada junto à sociedade, Andrade (2001) resume o saber geopolítico em uma tentativa de compreender a importância dos Estados face à sua extensão, população e posição geográfica. Tudo isso dentro de uma perspectiva de dilatação de fronteiras ou de aumento da área de influência de uma nação para com outra.

Mafra (2006) converge com o posicionamento de Kjéllen e conceitua a geopolítica como sendo a política de Estado que sofre influência das condições ou fatores geográficos. Ou seja, o mesmo corrobora que a geografia tem capacidade de

influenciar os estudos, os planejamentos e por consequência, as decisões políticas voltadas para o estabelecimento de metas estratégicas e para a fixação de objetivos de um Estado.

Nesse viés, o Instituto de Geopolítica de Munique da Alemanha, estabelece que a geopolítica é a ciência que reflete sobre as relações da terra com os processos políticos, proporcionando os instrumentos para a ação política de um Estado, amparada na sua consciência geográfica e na sua necessidade de interagir com o mundo (MATTOS, 2011).

Inserindo ingredientes adicionais nesse debate, Meira Mattos se posiciona apoiando-se no conceito elaborado pelo geopolítico Ratzel, o qual descreve que a geopolítica é uma ciência política indicadora de soluções governamentais amparadas no campo da geografia (MATTOS, 2011).

Assim sendo, pelo que foi descrito, verifica-se que a geopolítica é uma ciência relativamente nova e que os autores entendem a mesma como sendo uma ciência que adota distintas concepções e que se apoia na geografia para interpretar os fenômenos políticos presentes, os quais interferem de alguma forma, na maneira de atuação dos Estados.

3.1.2 Teorias Geopolíticas do Espaço Vital e do Poder Marítimo

Ao longo da história, inúmeros geopolíticos e pensadores refletiram sobre a disciplina geopolítica, elaborando uma série de pensamentos, pressupostos e conceitos. Nesse sentido, essa subseção procura apresentar os pressupostos feitos por alguns geopolíticos internacionais que convergem com a proposta dessa seção, que é a de proferir uma análise geopolítica entre o Brasil e os países da África debruçados na parte sul do Oceano Atlântico. Diante do universo alargado de pensadores estrangeiros e da necessidade de convergir o pensamento geopolítico com o tema da pesquisa, esse trabalho selecionou os postulados desenvolvidos por apenas dois geopolíticos: Friedrich Ratzel e Alfred Mahan.

O alemão Friedrich Ratzel foi um importante pensador geopolítico do século XIX e deu muitas contribuições para a sociedade com os seus postulados. O postulado de Ratzel a ser desenvolvido nesse trabalho é baseado na tendência natural que alguns

Estados centrais possuem em alargar seus territórios. Para Ratzel, os países que estão localizados nas partes mais centrais possuem a vocação natural em expandir suas fronteiras em direção aos mares, conquistando territórios, dominando e anexando seus vizinhos mais fracos (GABRIEL, 2008).

Como consequência desse pensamento, Ratzel criou o conceito de Espaço Vital ou *Lebensraum*⁵. Para Mafra (2006), a ideia de Espaço Vital se origina no imperativo de conquista territorial por parte de todos os Estados, com o objetivo de atender suas necessidades populacionais e de subsistência.

Procurando ver esse conceito sob outra lente, Pereira (2017) salienta que Ratzel trouxe uma visão do Estado comparada a organismos, na medida em que se parte de um princípio que um Estado necessita de espaço para atender as necessidades da sua população. Acrescenta dizendo que as fronteiras não são linhas permanentes, pelo contrário podem ser dilatadas de acordo com as demandas da sociedade ou retraídas, caso ocorra o domínio de outro Estado. Nesse contexto, não é demasiado salientar que a história é recheada de fatos em que alguns países se apoiaram na ideia proposta pela teoria do *Lebensraum* para justificar suas políticas de Estado, anexando outros países em seu território: Alemanha de Hitler é o caso mais emblemático da aplicação dessa teoria.

Ao longo do século XX, mais notadamente durante a Guerra Fria, o mundo presenciou uma disputa ideológica e política entre as duas superpotências da época: EUA e ex-URSS. Em vista das características singulares desse evento, pode-se inferir que esses dois países também buscavam exercer influência em outros Estados nos campo político, militar, econômico e psicossocial. Ou seja, a Guerra Fria também pode ser vista como sendo um alargamento conceitual do termo *Lebensraum*, pois havia uma clara disputa ideológica e política, onde as duas superpotências disputavam o poder mundial, por meio de suas influências sobre os Estados, em outras esferas do poder. Atualmente, nota-se que a ideia proposta pela teoria do Espaço Vital, transbordou para

⁵ Segundo Mafra (2006), o espaço vital ou *lebensraum* seria o lugar necessário para a expansão territorial de um povo, no caso específico, o povo alemão. Para Ratzel, toda a sociedade, em um determinado grau de desenvolvimento, deve conquistar territórios onde há pessoas menos desenvolvidas.

outros campos do poder, alcançando o campo econômico, o cultural, o científico-tecnológico, dentre outros.

Pelo que foi exposto, a principal contribuição do geopolítico alemão neste trabalho reside na adoção do termo *Lebensraum* para fins geopolíticos e estratégicos por parte dos Estados. Nesse contexto e com base nessa teoria, pode-se traçar um paralelo com os pressupostos contidos nas políticas e estratégias brasileiras, que dentre outras coisas, têm como foco expandir o seu *Lebensraum* nacional. Sob o ponto de vista geopolítico, pode-se depreender que o Brasil, por meio de seus documentos de defesa, busca projetar sua esfera de influência para regiões que estão além de suas fronteiras, priorizando os Estados que estão situados no seu entorno estratégico.

Passando para outro pensador geopolítico elencado no início dessa subseção, esse trabalho vai analisar os postulados geopolíticos propostos pelo norte-americano Alfred Mahan. O postulado de Mahan a ser considerado no presente trabalho é a Teoria do Poder Marítimo. Acerca dessa teoria, Oliveira Kerr (2013) entende que a proposta central de Mahan era que a base do poder das grandes potências estava centrada na capacidade em controlar os fluxos marítimos internacionais, por meio da construção de grandes Marinhas de Guerra e Mercante.

Sob outro ponto de vista, Pereira (2017) destaca que, para Mahan, o domínio dos mares e dos oceanos seria de grande valor para a projeção de poder de qualquer nação e que deveria ser utilizado pelos EUA. Para exercer esse domínio, o poder marítimo de um país deveria ter uma Marinha de Guerra poderosa e uma Marinha Mercante global, que dominasse os principais portos, infraestruturas, zonas de passagens e estreitos, ou seja, tivesse uma presença estratégica ao redor do planeta.

Inserindo ingredientes adicionais nesse debate, Mafra (2006) analisa a Teoria do Poder Marítimo sob o prisma histórico e entende que para uma nação ser poderosa, líder, influenciadora e poder explorar as riquezas do mundo, a mesma deveria possuir um poder marítimo como o de Portugal no século XV, ou o da Grã-Bretanha nos séculos XVIII e XIX. Complementa essa questão, destacando que Mahan sugeria que os EUA deveriam explorar a vantagem auferida pela sua excelente localização geográfica, uma vez que eram banhados tanto pelo Oceano Atlântico, como pelo Pacífico.

Em suma, nota-se claramente que a posição geográfica de um Estado e seu acesso ao mar influencia diretamente na capacidade estratégica que um país pode ter no tocante ao Poder Marítimo e na sua capacidade de se projetar internacionalmente. Dessa maneira, ao realizar o recorte geográfico da pesquisa nas relações geopolíticas Brasil - África evidencia-se que tal pressuposto é importante para o prosseguimento do trabalho, uma vez que todas as relações estabelecidas entre brasileiros e africanos ocorrem diante do Atlântico Sul.

3.1.3 Os Geopolíticos Brasileiros

Embora nascida no exterior, a disciplina geopolítica encontrou campo fértil de desenvolvimento no Brasil ao longo do século XX. Diante desse fato, essa subseção procura apresentar os pressupostos elaborados por alguns estudiosos brasileiros e que concorrem com a proposta dessa pesquisa, que é a de proferir uma análise geopolítica nas relações Brasil - África. Em vista disso, esse trabalho selecionou os postulados desenvolvidos por três geopolíticos brasileiros, quais sejam: Meira Mattos, Golbery de Couto e Silva e Therezinha de Castro.

De acordo com Gabriel (2008), os geopolíticos procuraram organizar seus pensamentos sob a ótica da história, da geografia e da política, sejam eles nacionais, internacionais, clássicos ou contemporâneos. Na visão dele, os principais geopolíticos nacionais, como os pensadores como Everardo Beckheuser, Mário de Travassos, Therezinha de Castro, Golbery de Couto Silva e Meira Matos, sofreram enorme influência dos geopolíticos clássicos.

No mesmo alinhamento dos geopolíticos internacionais, destaca-se a definição de geopolítica elaborada pelo professor Everardo Beckheuser. Silva nos esclarece que Beckheuser entende que a geopolítica pode ser definida como o estudo da política feita em decorrência das condições geográficas (SILVA, 2017). Acrescentando elementos adicionais nesse diálogo, Freitas relata que Everardo Beckhauser se notabilizou como sendo o primeiro geopolítico nacional a sistematizar as informações geográficas de tal forma, que as mesmas vieram a dar corpo para que essa ciência se desenvolvesse em território nacional (FREITAS, 2004, apud MIYAMOTO, 1995). Diante dessas palavras, pode se inferir que o trabalho elaborado por Everardo Beckhauser funcionou como se

fosse uma espécie de alicerce para que, ao longo do século XX, outros geopolíticos brasileiros pensassem na aplicação da política a partir da concepção dos espaços geográficos, fato que se fez presente na sequência.

Inserindo o continente africano nesse contexto, percebe-se que o mesmo foi prioritário nas agendas de pesquisa dos seguintes geopolíticos brasileiros: General Golbery de Couto e Silva, General Carlos de Meira Mattos e a professora Therezinha de Castro, que com o tempo se tornaram os pensadores geopolíticos brasileiros que proporcionaram as mais influentes reflexões acerca do papel do continente africano na agenda política brasileira.

Dentre inúmeras ideias em comum, o General Golbery de Couto e Silva, o General Carlos de Meira Matos e a professora Therezinha de Castro advogavam que havia uma necessidade clara do Brasil em delinear sua geopolítica exterior mediante a elaboração de uma perspectiva regional e mundial, observando no continente africano a possibilidade do país em alcançar uma posição de maior destaque regional e mundial.

Sobre a importância do continente africano para o Brasil, Freitas (2004) nos assenhora que Golbery destinava singular destaque ao saliente nordestino, pois o mesmo dominava a zona de estrangulamento do Atlântico, separando o Brasil da África. Para ele, o nordeste brasileiro exercia uma dupla função. Se por um lado, o saliente nordestino funcionava como uma zona de projeção, por outro lado esse mesmo saliente era tido como um espaço de vulnerabilidade máxima contra as ações extracontinentais no território sul-americano. Mafra entende que diante da configuração geográfica do continente africano e do continente sul-americano, o oceano Atlântico constitui-se num elemento imprescindível à segurança e ao desenvolvimento brasileiro (MAFRA, 2004). Nota-se então, que Golbery, pode-se depreender que analisava o continente africano sob múltiplos enfoques: projeção brasileira na costa ocidental africana e aspectos relacionados à segurança e defesa.

Outro pensador brasileiro a fazer uma ligação geopolítica Brasil-África foi Carlos de Meira Mattos. Considerado por Kelly (1988 apud Mafra, 2006) como a maior autoridade geopolítica da história brasileira, Matos (2011) considerava que o Brasil e os demais povos da vertente Atlântica coabitavam na mesma bacia. É com base nessa ideia que surgiu o termo “lago do Atlântico” cunhado por Meira Mattos. Para Meira

Mattos, o Atlântico Sul podia ser visto como um lago que separava o Brasil da África. Kelly entende que ao usar tal expressão, Meira Mattos queria repassar uma mensagem de que o Oceano Atlântico não devia ser encarado como um obstáculo ou um fator de separação dos povos brasileiros e africanos (KELLY, 1998).

Dentre inúmeros fatores que versam sobre a importância do Atlântico Sul para os interesses brasileiros, Mattos (2011) compreende que o mesmo exerce primordial papel econômico, na medida em que é vital para a manutenção do comércio marítimo brasileiro e das comunicações do Brasil com o mundo.

Outra autora que destinou boa parte de seu tempo refletindo sobre as questões geopolíticas da África é a professora Therezinha de Castro. Nesse aspecto, Castro (1981) também ressalta a importância do Atlântico Sul nas relações Brasil X África, definindo-o como sendo um vasto oceano a leste do Brasil, sendo elemento geopolítico de destaque da história nacional. Por ocasião da 2ª Guerra Mundial, Castro proferiu uma análise importante acerca da importância estratégica do Atlântico Sul, afirmando que esse espaço detinha alto valor geopolítico nesse conflito, na medida em que o mesmo poderia servir de trampolim para a invasão da Itália, evidenciando ainda mais o valor estratégico da rota Natal - Dakar (CASTRO, 1981).

Destarte essas considerações estratégicas, Therezinha de Castro também analisava o papel do entorno estratégico sob outras perspectivas. Na visão dela, o Brasil era um país de segunda linha e para competir no âmbito das relações exteriores de igual para igual com países de primeira linha no cenário mundial, tais como os EUA, a Rússia e o Japão, o Brasil deveria iniciar suas relações internacionais com o continente africano (FREITAS, 2004).

Em decorrência das ideias manifestadas por esses pensadores, percebe-se então que tais geopolíticos apresentaram, em maior ou menor grau de relevância, pressupostos que transbordaram a importância do Oceano Atlântico e da África para o Brasil, sob a ótica geopolítica. Em vista disso, pode se inferir que devido a elevada importância desses atores para o Brasil, o país sente a necessidade natural de expandir o seu espaço vital, transbordando seu *Lebensraum* para o continente africano, tudo sob o pano de fundo do Atlântico Sul.

Em vista disso, o aspecto central nessa dinâmica e que deve ser destacado é que essa expansão deve ser realizada sob outras formas, tais como o avanço e o fortalecimento das relações comerciais, o alargamento do espectro cultural brasileiro, o fortalecimento da consciência coletiva de segurança dos países banhados pelo Atlântico Sul, dentre outros de igual importância e que não afetam a soberania dos países.

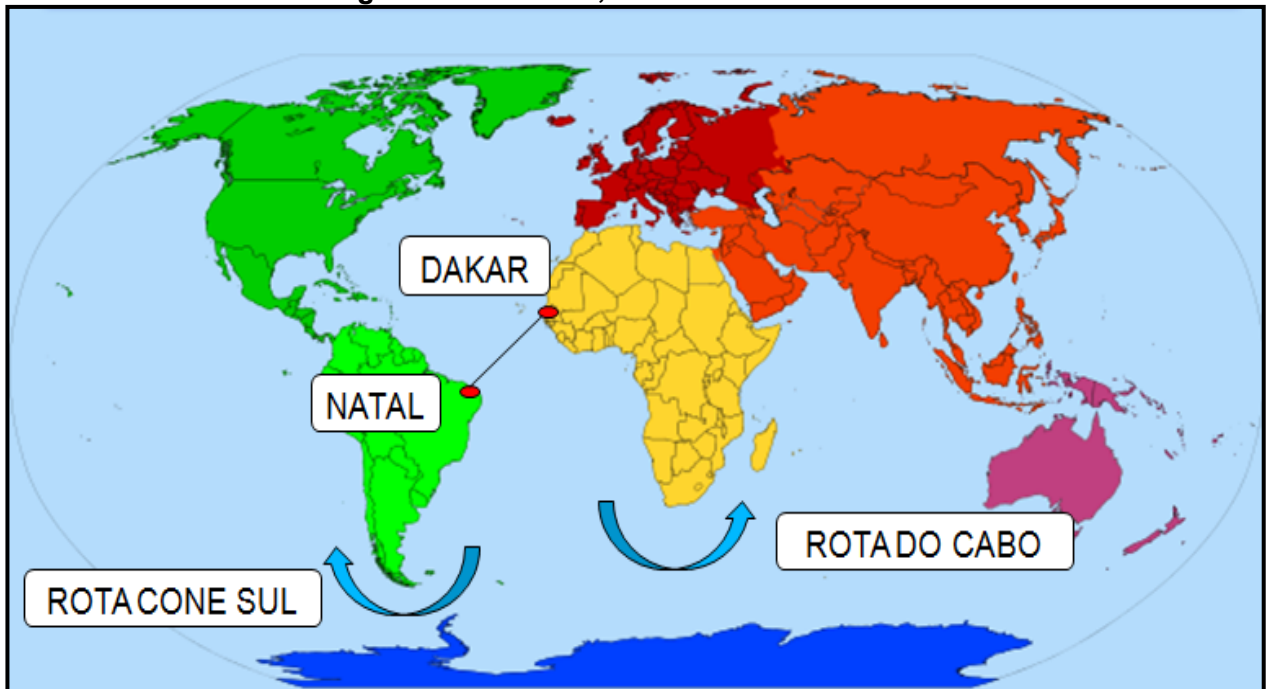
3.1.4 O Atlântico Sul no Contexto Geopolítico

A presente pesquisa salientou alguns pressupostos elaborados por geopolíticos que são favoráveis à ideia de que o Estado deve expandir a sua esfera de influência, bem como apresentou a importância que os mares exercem nos países sob o ponto de vista geopolítico. Com base nesses termos é que foi analisado o Atlântico Sul, chegando-se a uma percepção de que o mesmo exerce papel central na geopolítica brasileira. Procurando depreender sobre o que venha a ser o Atlântico Sul em termos geográficos e o espaço compreendido por essa região, essa subseção procura conceituar sobre esse espaço.

Acerca do espaço compreendido pelo Atlântico Sul, Rodrigues e Migon (2018) destacam que não há um consenso do que venha a ser esse espaço geográfico na literatura existente. Acrescentam dizendo que é comum a Política Nacional de Defesa entender que o Atlântico Sul compreende um determinado espaço, ao passo que autores geopolíticos o definem como outro e vice-versa.

Na visão de Freitas (2004), o Atlântico Sul pode ser definido como sendo um polígono geopolítico composto pelos eixos Natal – Dakar – Cabo da Boa Esperança – Canal de Beagle e Antártica. Já Meira Mattos, define essa região como sendo um espaço delimitado ao norte por uma linha que une a cidade de Natal (Brasil), à cidade de Dakar (no Senegal); a leste, é delimitado pelos países da costa ocidental africana que são banhados pelo oceano Atlântico e que estão situados ao sul da cidade de Dakar; a sul, é delimitado pela Antártica; e a oeste, o limite é definido pelos países da América do Sul que são banhados pelo oceano Atlântico e que se localizam a sul da cidade de Natal. A figura nº 4 procura materializar o que foi escrito:

Figura nº 4 – África, Brasil e o Atlântico Sul



Fonte: Rodrigues; Migon, 2018.

Assim sendo, pode-se determinar que, no lado ocidental, o Atlântico Sul abarca o Brasil, o Uruguai e a Argentina, e que, na sua porção leste, banha os Estados africanos de Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benin, Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial, Gabão, Congo, República Democrática do Congo, Angola, Namíbia, África do Sul, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde.

3.2 ANÁLISE GEOPOLÍTICA

Definida uma lente conceitual sobre a geopolítica e o Atlântico Sul, essa seção tem como objetivo realizar uma análise geopolítica acerca da seguinte relação: **países sul-americanos que estão inseridos no Atlântico Sul X países africanos que estão inseridos no Atlântico Sul**. Além disso, essa seção tem como propósito mostrar um recorte prático da importância estratégica do Atlântico Sul nessas relações e na ligação entre as respectivas regiões. Tal análise visa exemplificar e corroborar a importância da região e as ligações que naturalmente dela decorrem.

Assim sendo, as análises proferidas acerca dos **países sul-americanos que estão inseridos no Atlântico Sul X países africanos que estão inseridos no**

Atlântico Sul, foram realizadas em dois campos do poder, a saber: 1) campo econômico e 2) campo psicossocial. Tudo isso, com o objetivo de evidenciar o peso geopolítico da região.

Confirmando a vocação natural brasileira em se expandir para o leste, Abdenur e Neto (2014) reafirmam a condição do Brasil em ser majoritariamente um país “sulatlântico” e que possui natural projeção com os Estados da costa ocidental da África. Destacam que a relação brasileira não se limita apenas na relação estabelecida com os tradicionais parceiros, como Angola, Nigéria e África do Sul, mas, sobretudo tem potencial em se projetar para os demais países litorâneos africanos.

Gonçalves e Corbellini (2014) corroboram tal assertiva e inferem que esse potencial de relação que o Brasil possui com os demais países da costa ocidental africana ganhou dimensão geopolítica, com o estabelecimento do ZOPACAS⁶, que dentre outras coisas estabelece que o Brasil, amparado pelo seu Ministério das Relações Exteriores e pelo seu Ministério da Defesa, deve buscar sua liderança e realizar as ligações necessárias no Atlântico Sul, com ênfase para a África ocidental.

Observando à expressão econômica dos países em tela, Castro (2010) elenca que um dos principais indicadores econômicos de um país é o Produto Interno Bruto (PIB). Para ele, o PIB consiste na soma monetária de todos os bens e serviços finais produzidos em uma região. Assim sendo, o Banco Mundial (2016), relata que o PIB do Brasil, da Argentina e do Uruguai gira em torno de US\$ 2,4 trilhões de dólares americanos, perfazendo cerca de 64% do PIB de todo continente sul-americano. No que concerne ao continente africano, o peso econômico dos países africanos pertencentes ao Atlântico Sul no panorama regional também é bastante significativo. O Banco Mundial salienta que o PIB desses países é da ordem de US\$ 1,2 trilhões de dólares americanos, representando quase 58% do PIB de toda a África.

⁶ Acordo que busca promover a cooperação regional e a manutenção da paz e segurança na região do Atlântico Sul. Foi criada em 1986, após uma iniciativa do Brasil que resultou na resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas. Seus membros atuais são: África do Sul, Angola, Argentina, Benim, Brasil, Cabo Verde, Camarões, República do Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2018).

No que concerne ao aspecto econômico, infere-se parcialmente que ambas as regiões, tanto a costa oeste africana quanto a costa leste do continente sul-americano, apresentam (PIB) elevados e que representam mais da metade de todas as riquezas regionais continentais, fato que impulsiona a importância geopolítica da região.

Outro ponto prático que exemplifica o valor geopolítico da região consiste no interesse brasileiro, conforme elenca o Ministério das Relações Exteriores (2018), em expandir sua plataforma continental no Atlântico Sul para além das atuais 200 milhas marítimas com o intuito de aumentar suas áreas de exploração e aproveitamento de recursos naturais marinhos. Sobre esse assunto, Costa (2017) ressalta que a projeção Brasileira no Atlântico Sul é o mais recente cenário nacional a que se tem se dedicado os estudos da geopolítica brasileira, o que incrementa a ligação brasileira com os países da costa oeste africana.

Continuando a análise acerca dos recursos naturais existentes no Atlântico Sul, é importante destacar que Nigéria, Brasil e Angola estão posicionados entre os 20 maiores produtores de petróleo do mundo e os 20 países que possuem as maiores reservas de petróleo no planeta, sendo que toda essa quantidade de fonte energética está localizada sob as águas do Atlântico Sul (BARBOSA, 2016). Pereira (2013) apresenta que, além das atuais reservas e produções, a descoberta e a exploração do pré-sal concedeu à região uma maior importância econômica e estratégica, tanto do lado nacional como no lado africano, com destaque para as produções *offshore* do Golfo da Guiné, da Angola, do Gabão e de São Tomé e Príncipe.

Gonçalves e Corbellini (2014) também entendem que o Atlântico Sul é essencial nas relações Brasil X África e possui importância estratégica importante no contexto brasileiro, pois o mesmo é responsável por cerca de 95% do transporte comercial (importações e exportações) brasileiras.

Passando a verificar o campo psicossocial nas relações Brasil X África, Castro (2010) destaca que o fator contingente populacional constitui-se num dos indicadores desse campo do poder. Nesse contexto, nota-se que a população dos países sul-americanos banhados pelo Atlântico Sul gira em torno de 238 milhões, representando cerca de 60% de toda a população da América do Sul. Do lado africano, observa-se que a população existente nos países banhados pelo Atlântico Sul gira em torno de 500

milhões de pessoas, representando 42% de todo o contingente populacional africano (Index Mundi, 2017). Dessa forma, contata-se que quanto ao peso populacional da região, ambas as regiões apresentam uma significativa força populacional em seus respectivos continentes, aumentando a relevância geopolítica do Atlântico Sul.

Em síntese, com base no que foi analisado, particularmente no campo econômico e no campo psicossocial, nota-se que os países sul-americanos e os países africanos se destacam no âmbito de seus respectivos continentes nas pautas citadas. O fato desses países apresentarem indicadores macroeconômicos de destaque, aliado ao considerável contingente populacional regional que possuem, descortina um cenário singular na região, evidenciando a importância do Atlântico Sul no contexto geopolítico de todos os países dessa região.

4 ESTADOS FALIDOS

Após a realização da análise, à luz da geopolítica, entre o Brasil e os países africanos banhados pelo Atlântico Sul, o presente capítulo tem como objetivo realizar uma breve análise de tais Estados, sob a ótica da falência estatal.

Assim, profere-se essa análise, pois entende-se que a mesma elencará em prioridade, os países africanos que podem gerar reflexos no país, independente dos problemas ou desafios que estiverem enfrentando. Em vista disso, observou-se os índices de falência estatal dos países africanos obtidos em 2017.

Dessa forma, esse capítulo procurou revisitar, de acordo com os diversos conceitos existentes na literatura acadêmica, as definições de Estado Falido, bem como determinar qual foi a metodologia selecionada para classificar e estabelecer os níveis de falência estatal dos países do globo terrestre. Isto posto, procurou-se realizar um ordenamento dos países da África que apresentaram os maiores níveis de falência estatal, e que podem ocasionar reflexos para o Brasil. Em vista disso, esse capítulo foi dividido em duas seções, a saber: 1) Estados Falidos; e 2) Análise da Falência Estatal.

4.1 ESTADOS FALIDOS

Essa seção destina-se a revisitar alguns conceitos sobre a falência estatal. Tudo isso, para dar subsídio à análise proferida acerca da falência estatal existente no

entorno estratégico brasileiro, particularmente na África. Para fins metodológicos, o termo “Estados Falidos” e “Estados com elevados índices de falência estatal” foram considerados similares e não conjugam nenhum tipo de preconceito. Desse modo, as expressões elencadas ao longo da pesquisa sobre o tema visam, exclusivamente, permitir uma melhor composição do texto científico.

O debate em torno do tema Estados Falidos tem como um dos seus principais marcos as publicações de Helman e Hatner realizadas ainda no início da década de 1990. Na visão da dupla, os Estados que estavam mergulhados em conflitos civis, em privações econômicas e em falência governamental, tinham o potencial de colocar seus cidadãos em situação de risco e contribuir para a instabilidade regional. E com isso, os mesmos eram considerados falidos, pois não exerciam as funções básicas e esperadas de um Estado (GOMES, 2008).

Penteado (2010) descreve que após as publicações emitidas por Helman e Hatner, outras terminologias foram criadas para tratar desse tipo de Estado fragilizado. Um exemplo marcante desse movimento foi à proposta emitida pela ONU para compreender os países que passavam por situações semelhantes, cunhando o termo de “países menos desenvolvidos” para fazer menção a esses Estados.

Desde então e cada vez mais, surgem termos e conceitos que procuram caracterizar os Estados Falidos. Nesse contexto, Xavier (2016, apud Brooks, 2005) observa que, de forma geral, as definições de Estados Falidos variam conforme o entendimento prévio e a visão que cada estudioso possui sobre o sistema internacional. Acrescenta dizendo que um tema polêmico dessa abordagem recai no pressuposto de que a maior parte dos cientistas definem os Estados Falidos em oposição aos países bem sucedidos ou ricos.

Miliken e Krause (2003) define Estado Falido como incapaz de proporcionar um mínimo de bem-estar social para sua população. Com um ponto de vista bastante similar, Brinkerhoff (2005) apresenta que, em geral, um Estado Falido é caracterizado pelas seguintes ocorrências: 1) quebra da lei e da ordem, onde as instituições estatais perdem seu monopólio sobre o uso legítimo da força e são incapazes de proteger seus cidadãos; 2) capacidade fraca do Estado para responder às necessidades básicas da população, como prestação de serviços públicos básicos e adequados; 3) capacidade

fraca do Estado em assegurar o bem-estar dos cidadãos; 4) incapacidade do Estado em apoiar a atividade econômica normal; e 5) a nível internacional, falta de uma entidade credível e legítima que represente o Estado para além das suas fronteiras.

Mas quando esse debate surgiu? Quando surgiram os Estados Falidos? Para responder essas questões, torna-se necessário voltar no tempo e verificar como se deu o término da guerra fria no início da década de 1990. Verificou-se que com o fim do embate bipolar, o aporte fornecido pelos EUA e pela ex-URSS aos recém Estados independentes no contexto do confronto ideológico havia diminuído e, em muitos locais, esse financiamento havia acabado. Isso fez com que outra realidade se descortinasse no âmbito desses países, qual seja: a incapacidade dos recém Estados independentes em administrar efetivamente os locais que estavam sob suas responsabilidades (MELO, 2006). Rotberg corrobora tal assertiva e vai além. Para ele, desde o fim da Guerra Fria um número cada vez maior de Estados está falindo, principalmente na África e na Ásia e que outros têm demonstrado sinais de que podem falir (ROTBERG, 2004). Zartman converge com Rotberg e tece comentários adicionais, inferindo que a queda do muro de Berlim não apenas dissolveu a ordem bipolar, mas gerou condições para que muitos Estados colapsassem (ZARTMAN, 1995).

Devido a “perda de importância” econômica e geopolítica enfrentadas por esses Estados, notou-se que os mesmos obtinham determinadas características negativas em comum, as quais se materializaram em elevados índices de falência estatal. No entanto, esse fenômeno, com grande incidência na África, não obteve grande repercussão e relevância no cenário político internacional, logo no início da década de 1990. Gomes (2008) pontua que somente após os atentados terroristas de Onze de Setembro de 2001 que os Estados Falidos, de maneira geral, entraram verdadeiramente para a agenda do sistema internacional, na medida em que os mesmos foram considerados pelos norte-americanos como sendo as principais ameaças à paz e à segurança internacional.

Convergindo com Gomes, Penteado (2010) ressalta que no período compreendido entre o pós-Guerra Fria e o atentado ocorrido em onze de Setembro de 2001, a comunidade internacional não dedicou muita atenção a esses países, pois entendia que os problemas ocorridos nesses Estados não pudessem atingir os países

de primeira linha. No entanto, os ataques perpetrados contra as torres gêmeas e contra o Pentágono em 2001, reativaram estudos e reflexões acerca dos Estados Falidos, pois se admitia que esses países homiziavam grande parte dos grupos considerados terroristas pelo governo estadunidense. Em vista disso, os Estados Falidos emergiram na pauta internacional como um problema global.

Com o alargamento e o adensamento de estudos voltados para essa temática, o próprio conceito de Estados Falidos foi acrescido de novos componentes. Para Gomes, Reis e Espíndola, a definição repousa na ausência de determinados predicados que seriam considerados essenciais para evitar a proliferação do terrorismo em seus domínios. Acrescentam ainda dizendo que a caracterização do fracasso estatal está diretamente relacionada a adjetivos como fraqueza, corrupção, instituições fracas e descontrole do Estado, o que gera um campo fértil para a ameaça terrorista (GOMES; REIS; ESPÍNDOLA, 2014).

Diante da multiplicidade de abordagens existentes acerca do entendimento do que venha a ser Estados Falidos e o que significa falência estatal, esse estudo sente a necessidade de se adotar um referencial teórico para o prosseguimento dessa análise. Nesse sentido, adotou-se o estudo elaborado pelo *Fund for Peace*. Esse *Think Tank* está sediado nos EUA, elabora anualmente um relatório mensurando os níveis de falência estatal de vários países do globo terrestre, denominado de *Fragile State Index*. Este índice se baseia no desempenho de cento e setenta e oito países em doze indicadores, concentrados em quatro variáveis (FUND FOR PEACE, 2018).

4.2 ANÁLISE DA FALÊNCIA ESTATAL

Definida uma lente conceitual sobre a geopolítica e a falência estatal, essa seção tem como objetivo realizar uma análise da situação dos países africanos localizados no entorno estratégico brasileiro, centrando o esforço nos seus níveis de falência estatal, permitindo a seleção daqueles Estados que apresentaram os maiores níveis de falência estatal e que, á luz da geopolítica, podem influenciar o Brasil.

Segundo o *Fund for Peace* (2017), o *Fragile States Index* (FSI) é uma ferramenta de medição de nível de falência estatal que analisa o desempenho de um Estado em várias áreas. Essa ferramenta metodológica possui quatro variáveis e está composta

por doze indicadores, a saber: 1) Segurança, 2) Elites Dominantes, 3) Insatisfação de grupos, 4) Legitimidade do Estado, 5) Serviços Públicos, 6) Direitos Humanos e Estado de Direito, 7) Desigualdade Econômica, 8) Direitos Humanos, 9) Escassez de talentos, 10) Pressões demográficas, 11) Intervenções Externas e 12) Movimentos Migratórios Forçados. A tabela a seguir apresenta o que foi descrito anteriormente:

Tabela 1 - Metodologia adotada pela Fund For Peace

| Fragile States Index | Variáveis | Indicadores |
|-----------------------------|------------------|---|
| | 1. Coesão | |
| 2. Elites dominantes | | |
| 3. Insatisfação de grupos | | |
| 2. Fatores Políticos | | 4. Legitimidade do Estado |
| | | 5. Serviços públicos |
| | | 6. Direitos Humanos e Estado de Direito |
| 3. Fatores Econômicos | | 7. Desigualdade econômica |
| | | 8. Crises Econômicas |
| | | 9. Escassez de talentos |
| 4. Fatores Sociais | | 10. Pressões demográficas |
| | | 11. Intervenções externas |
| | | 12. Movimentos migratórios forçados |

Fonte: FUND FOR PEACE, 2018.

Procurando depreender, de forma concisa, o conceito geral de cada um desses indicadores utilizados pelo *Fund for Peace* para a confecção de seu índice de falência estatal, esta pesquisa procurou discorrer, conforme apresentado nas tabelas subsequentes, a definição de cada um deles, conforme o que se segue:

Tabela nº 2 – Conceito dos Indicadores do FSI (Coesão)

| | |
|-------------------------------|---|
| Segurança | Considera as ameaças de segurança à um Estado, como ataques a bomba, ataques e mortes relacionadas a conflitos, movimentos rebeldes, motins, golpes ou terrorismo. Esse indicador também leva em consideração fatores criminais graves, como crime organizado, homicídios e a percepção da confiança dos cidadãos na segurança interna. |
| Elites Dominantes | Considera a fragmentação das instituições do Estado ao longo de grupos étnicos, de classe, clãs raciais ou linhas religiosas, bem como a disputa pelo poder entre as elites dominantes. |
| Insatisfação de Grupos | Analisa as divisões existentes entre os diversos grupos da sociedade, particularmente nas cisões baseadas em características sociais ou políticas e na sua capacidade de acesso aos serviços, aos recursos e ao processo político. |

Fonte: The Fund for Peace, 2017. Tradução livre.

De acordo com a tabela nº 2, percebe-se que na variável denominada de coesão pelo *Fund For Peace*, comporta três indicadores que buscam, de alguma forma,

mensurar em que níveis de coesão determinado país do sistema internacional se encontra. Prosseguindo na análise metodológica adotada pelo FSI, segue a tabela nº 3, que explica os indicadores utilizados na variável denominada fatores políticos:

Tabela nº 3 – Conceito dos Indicadores do FSI (Fatores Políticos)

| | |
|---|--|
| Legitimidade | Estuda a representatividade, abertura do governo e sua relação com seus cidadãos. O indicador analisa o nível de confiança da população nas instituições e nos processos do Estado, bem como avalia os efeitos onde essa confiança está ausente, verificada por meio de manifestações públicas em massa, desobediência civil sustentada ou a ascensão de insurgências armadas. |
| Serviços públicos | Refere-se à presença das funções básicas do Estado. Analisa tanto a prestação de serviços essenciais, como saúde, educação, água, saneamento, infraestrutura de transporte, eletricidade, energia, internet e conectividade, quanto a capacidade do Estado em proteger seus cidadãos contra o terrorismo e a violência. |
| Direitos Humanos e Estado de Direito | Considera a relação entre o Estado e sua população, verificando em que medida os direitos humanos fundamentais são protegidos e as liberdades individuais respeitadas. |

Fonte: The Fund for Peace, 2017. Tradução livre.

Da mesma forma como notado na tabela nº 2, a tabela nº 3 nos mostra que a variável denominada de fatores políticos pelo *Fund For Peace*, também comporta três indicadores que buscam mensurar se os serviços essenciais estão sendo fornecidos de forma adequada e como o governo é percebido junto à população local. Prosseguindo na análise metodológica adotada pelo FSI, segue a tabela nº 4, que explica os indicadores utilizados na variável denominada fatores econômicos:

Tabela nº 4 – Conceito dos Indicadores do FSI (Fatores Econômicos)

| | |
|-------------------------------|--|
| Desigualdade econômica | O procura analisar a desigualdade econômica existente dentro do país. |
| Crises econômicas | O indicador examina os padrões de declínio econômico da sociedade como um todo, os quais são mensurados por uma conjugação de dados obtidos pela <i>renda per capita</i> , pelo Produto Interno Bruto, pelas taxas de desemprego, pela inflação, pela produtividade, pelos níveis de pobreza ou falhas nos negócios. |
| Escassez de Talentos | Analisa o impacto econômico gerado pelo deslocamento de cérebros para fora do país. Em outras palavras, mensura o quão capaz é um país em reter os seus talentos humanos em seu próprio território. Avalia tanto a emigração voluntária da classe média (intelectuais, mão-de-obra qualificada), quanto a emigração forçada por motivos de perseguição ou repressão. |

Fonte: The Fund for Peace, 2017. Tradução livre.

Seguindo a tendência já verificada na tabela nº 2 e na tabela nº 3, a tabela nº 4 nos apresenta que na variável denominada de fatores econômicos, também comporta três indicadores que buscam mensurar a saúde econômica de um determinado Estado. Na sequência, a tabela nº 5 detalha os indicadores utilizados na variável denominada fatores sociais:

Tabela nº 5 – Conceito dos Indicadores do FSI (Fatores Sociais)

| | |
|--|---|
| Pressão Demográfica | Aprecia as pressões sobre o Estado decorrentes da própria população ou do ambiente em torno dele. Como exemplo, este indicador mensura as pressões populacionais advindas do suprimento de alimentos, do acesso à água potável e de outros recursos que sustentam a vida e a saúde, como a ocorrência de doenças e epidemias. |
| Intervenções Externas | Considera a influência e o impacto de atores externos no funcionamento do país, em particular no campo da segurança e no campo econômico de um Estado. |
| Movimentos Migratórios Forçados | Mensura a pressão sobre os Estados causada pelo deslocamento forçado de pessoas, tais como o deslocamento interno, fluxos de refugiados e outros similares, como resultado de causas sociais, políticas, ambientais, dentre outras. |

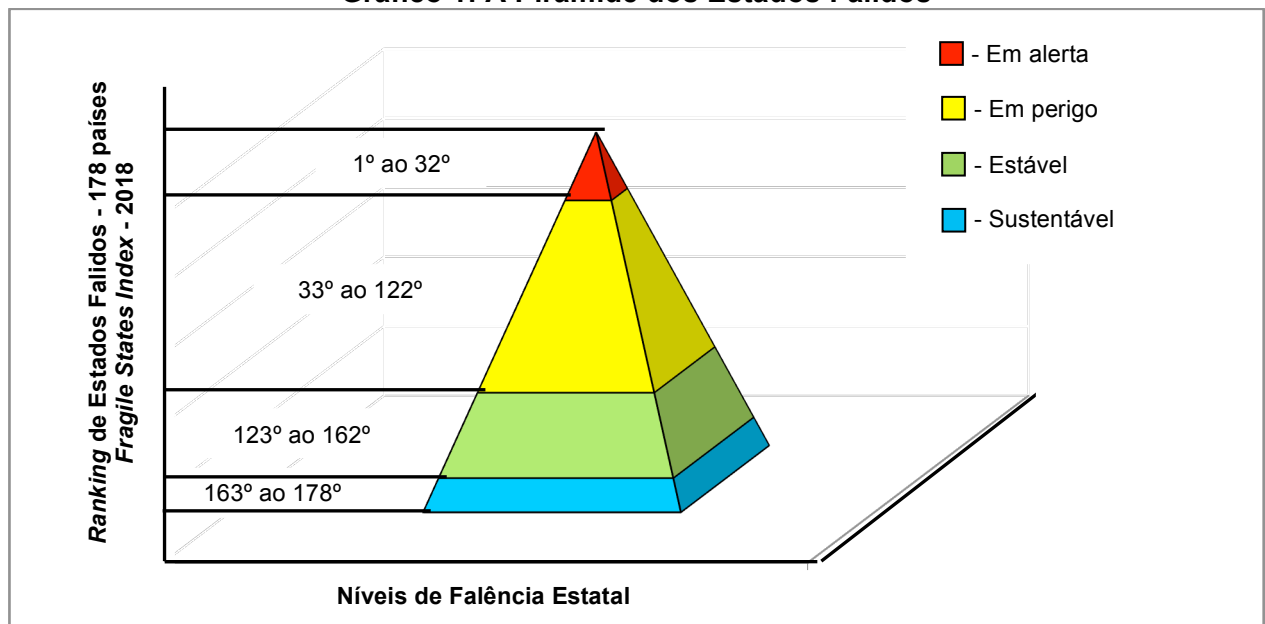
Fonte: The Fund for Peace, 2017. Tradução livre.

A tabela nº 5 nos mostra que os fatores sociais também são avaliados com base em três indicadores e que o aspecto central dessa variável, reside no aspecto populacional. Penteado faz uma crítica a essa metodologia e descreve que estes critérios, por si só, não são suficientes para qualificar o Estado como “falido”. Para ele, é necessário que haja uma combinação de diversos indicadores em diversos graus para que ocorra um elevado nível de falência (PENTEADO, 2010, apud AKPAN, 2008). Na verdade, o índice busca avaliar se há probabilidade de um Estado ruir, a tal ponto de falir.

Procurando depreender melhor sobre Estados Falidos e seus impactos no mundo, esse estudo irá elaborar o gráfico nº 1, que apresentará o *ranking* de Estados Falidos elaborado pela *Fragile States Index* em 2018, sob outra moldura. Na pirâmide estão inseridos os 178 países que são analisados por esse *Think Tank*, já classificados no *ranking* de falência estatal e separados por níveis de falência estatal. Nesse contexto, verifica-se que essa pirâmide possui quatro cores, que servem para definir em que nível de falência estatal determinado Estado se encontra. No topo da pirâmide, com um total de 32 países, a cor vermelha significa o grupo de países de mais alto risco para a sociedade, ou seja, são os Estados que estão em alerta, pois possuem os níveis mais

elevados de falência estatal, abarcando do 1º ao 32º colocado no *ranking* emitido *Fragile States Index*. Na sequência, com 90 países, a cor amarela destaca o grupo de Estados que estão em perigo, mas representam um risco menor que o grupo anterior, devendo receber atenção especial pela sociedade, abrangendo do 33º ao 122º colocado no mesmo *ranking*. Em seguida, com 40 países, a cor verde representa os Estados que estão estáveis e não oferecem riscos para a sociedade, englobando do 123º ao 162º posicionado no respectivo *ranking*. E na base da pirâmide, com 16 países, a cor azul elenca os países que são sustentáveis, ou seja, os Estados que possuem os menores índices de falência estatal do globo:

Gráfico 1: A Pirâmide dos Estados Falidos



Fonte: RODRIGUES, 2018.

Particularizando o continente africano nessa dinâmica, percebe que a maior parte dos países africanos está situada na parte superior da pirâmide, sobretudo na seção vermelha e na parte superior da seção amarela, o que reflete algo que já é notoriamente de conhecimento de boa parte da sociedade.

Porém, essa abordagem por si só, ainda não é suficiente e não se adequa a proposta deste estudo, que é verificar a migração forçada ocorrida no continente africano, sob a luz da geopolítica. Em outras palavras, faz-se necessário verificar a ocorrência desse fenômeno nos países africanos situados no Atlântico Sul. Procurando responder a essa questão, a tabela abaixo expõe, em ordem decrescente, os índices de

falência estatal dos países africanos banhados pelo Atlântico Sul.

Tabela nº 6 – Ranking FSI dos Estados africanos banhados pelo Atlântico Sul

| Posição no Atlântico Sul | Estados | Índice | Ranking Mundial |
|---------------------------------|------------------|---------------|------------------------|
| 1º | RDC | 110.6 | 6º |
| 2º | Guiné | 101.6 | 13º |
| 3º | Nigéria | 99.9 | 14º |
| 4º | Guiné Bissau | 98.1 | 16º |
| 5º | Camarões | 95.3 | 23º |
| 6º | Costa do Marfim | 94.6 | 25º |
| 7º | Congo | 93.1 | 29º |
| 8º | Libéria | 92.6 | 30º |
| 9º | Angola | 89.4 | 33º |
| 10º | Serra Leoa | 89.1 | 35º |
| 11º | Gâmbia | 87.1 | 42º |
| 12º | Togo | 85.2 | 49º |
| 13º | Guiné Equatorial | 83.4 | 55º |
| 14º | Senegal | 79.6 | 62º |
| 15º | Benin | 75.7 | 74º |
| 16º | África do Sul | 72.9 | 85º |
| 17º | Gabão | 72.5 | 88º |
| 18º | São Tomé e Pcp | 72.1 | 92º |
| 19º | Namíbia | 68.8 | 105º |
| 20º | Gana | 68.1 | 108º |
| 21º | Cabo Verde | 68 | 110º |

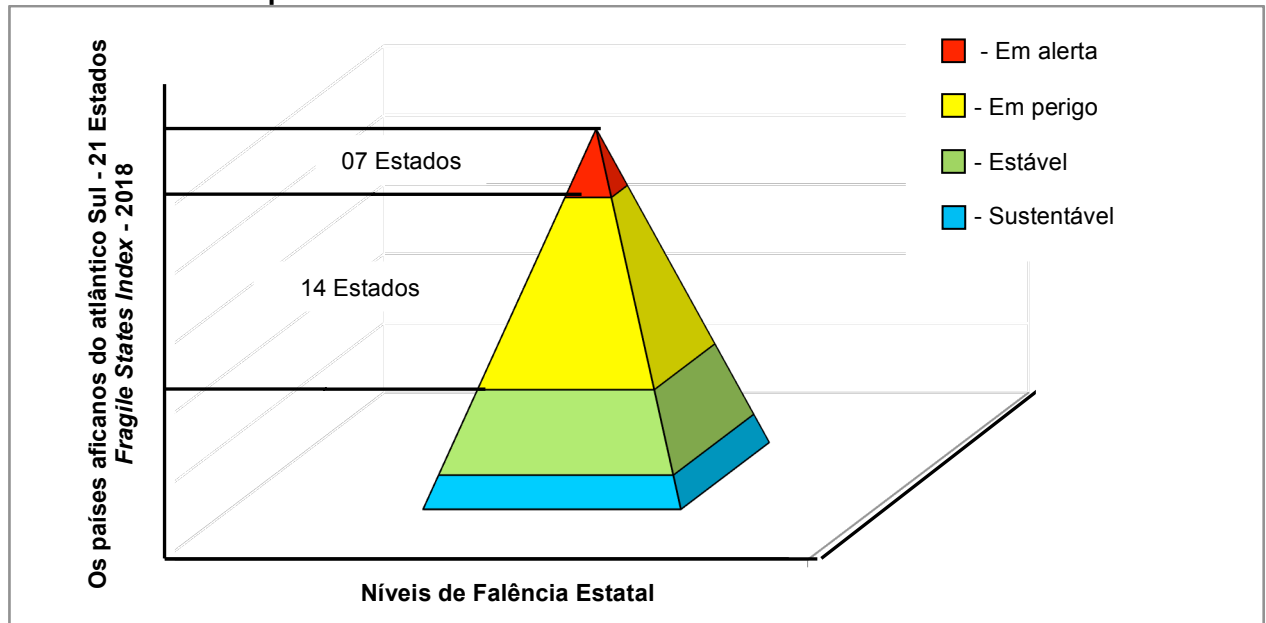
Fonte: The Fund for Peace, 2018.

Dessa forma, sabendo que o índice de falência estatal do Brasil é de 68.6 pontos e que o mesmo ocupa a posição de 106º, dum total de 178 Estados (THE FUND FOR PEACE, 2017), depreende-se que dos 21 Estados banhados pelo Atlântico Sul, apenas Gana e Cabo Verde apresentaram índices de falência estatal melhores que o Brasil.

Procurando verificar a distribuição dos vinte e um países africanos pertencentes ao Atlântico Sul na pirâmide dos Estados Falidos, nota-se que esses países estão

distribuídos da seguinte forma:

Gráfico 2: Os países africanos do Atlântico Sul na Pirâmide dos Estados Falidos



Fonte: RODRIGUES, 2018.

Diante do exposto, surgem algumas reflexões que devem ser registradas. A primeira nos mostra que todos os países africanos localizados no Atlântico Sul (21 Estados), estão situados na seção amarela e na seção vermelha da respectiva figura, fato que aumenta a sensibilidade da região. Desses 21 Estados, 1/3 estão situados na seção vermelha e os outros 2/3 estão posicionados na seção amarela da pirâmide. Em vista disso, sugere-se que a prioridade nº 1 dessa pesquisa seja os países situados no topo da pirâmide, assim definidos: Guiné, Libéria, Costa do Marfim, Nigéria, Camarões, Congo e RDC.

5 A MOBILIDADE HUMANA FORÇADA

Esse capítulo tem por finalidade traçar um panorama sobre a questão da mobilidade humana forçada no continente africano, com foco centrado nos Estados que se encontram debruçados sobre o Atlântico Sul. Para tanto, inicialmente esse espaço propôs a elaboração de um arcabouço conceitual sobre a questão da mobilidade humana forçada, revisitando a sua conceituação, além de percorrer a evolução desse fenômeno ao longo do século XX. Num segundo momento, esse capítulo buscou fazer uma análise dos principais movimentos populacionais na África, delimitando aqueles

Estados que podem influenciar, sob a ótica da geopolítica, o Brasil. Em vista disso, essa parte da pesquisa foi dividida em duas seções, a saber: 1) Discussão Conceitual sobre a Mobilidade Humana Forçada; e 2) Análise da Mobilidade Humana Forçada nos Estados africanos banhados pelo Atlântico Sul.

5.1 DISCUSSÃO CONCEITUAL SOBRE A MOBILIDADE HUMANA FORÇADA

Essa seção destina-se a revisitar o arcabouço conceitual sobre o tema em tela, observando a compreensão desse fenômeno desde o término da 2ª Guerra Mundial, até a ocorrência do mesmo nos dias atuais. Diante da evolução desse fenômeno durante o século XX, essa pesquisa apresentou os diversos tipos de mobilidade humana forçada que existe nos dias atuais, segundo a concepção da Organização das Nações Unidas.

Em vista disso, nota-se atualmente que a ONU (2018) define esse fenômeno como complexo e que abarca diversos tipos de pessoas, as quais se encontram em diferentes estágios de reconhecimento e direito político nos locais hospedeiros e que possuem distintas motivações para a mobilidade forçada: 1) refugiados, 2) deslocados internos, 3) asilados, 3) retorno de refugiados, 4) retorno de deslocados internos, 5) apátridas e 6) outros grupos de pessoas em situação similar. Por sua vez, essas categorias se agrupam num conjunto maior formando um único grupo, denominado de população preocupante pela ONU. Este termo faz referência ao conjunto de pessoas que foram submetidas, de alguma forma, à migração forçada.

Auxiliando na compreensão desse fenômeno, Rodrigues e Migon (2018) inferem que, embora a sociedade compreenda os movimentos migratórios forçados de forma generalista, centrando sua atenção especialmente nos refugiados, sobretudo por causa de sua raiz histórica, a mobilidade humana forçada que ocorre nos dias atuais é um fenômeno social complexo e envolve uma grande variedade de pessoas, as quais foram motivadas por inúmeros aspectos.

Dessa forma, a tabela abaixo descreve de forma sucinta, a essência de cada tipo de mobilidade humana forçada existente, segundo a proposta da Organização das Nações Unidas:

Tabela nº 7 – Tipos de Mobilidade Humana Forçada

| Tipos | Conceito |
|---|---|
| Refugiados | Pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fatores como perseguição racista, religiosa, de nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados. |
| Apátridas | Pessoas que não tem nacionalidade reconhecida internacionalmente. |
| Deslocados Internos | Pessoas submetidas à mobilidade humana forçada em seu próprio país, pelos mesmos motivos dos refugiados, mas que não atravessam a fronteira internacional em busca de proteção. |
| Retornados (Retorno de Deslocados ou de Refugiados) | Pessoas que tiveram o estado de refugiado ou deslocado interno e que retornaram voluntariamente para seus país/região de origem, podendo estar ainda em condições de vulnerabilidade. |
| Requerentes de Asilo | Caracteriza-se pelo direito de, em caso de perseguição não resultante de crimes comuns, buscar e receber asilo (acolhimento) em território estrangeiro, de acordo com as leis de cada país e dos diplomas internacionais, constituindo-se em hipóteses discricionárias de concessão pelo Estado, limitadas às questões políticas. |

Fonte: ONU, 2018.

Após a apresentação dos tipos de mobilidade humana forçada existentes, torna-se necessário verificar como se deu a evolução desse fenômeno. Nesse contexto, Silva (2017) afirma que tais processos sempre fizeram parte da história e da evolução da humanidade, entretanto, ultimamente, essas ocorrências tem conquistado grande espaço na mídia e relevância no cenário internacional, dada a expressiva dimensão, em termos populacionais, dos fluxos migratórios. No entanto, só foi recentemente, a partir da 2ª Guerra Mundial, que o assunto ganhou visibilidade global e atenção por parte da comunidade internacional.

Nesse entendimento, Rodrigues e Migon (2018) corroboram com tal assertiva e inferem que houveram três acontecimentos na primeira metade do século XX, que foram os principais responsáveis pelo aumento da preocupação da sociedade internacional acerca desse tema: a Revolução Russa; 1ª Guerra Mundial; e, especialmente a 2ª Guerra Mundial.

Devido às atrocidades ocorridas durante a 2ª Guerra Mundial, as quais afetaram boa parte da população civil europeia, notou-se que houve um deslocamento forçado de milhões de pessoas para o interior da Europa, bem como para o exterior da mesma. Nesse sentido, criou-se à época, as bases teóricas e jurídicas que regulamentam os

assuntos relativos aos refugiados. O foco centrado nos refugiados se deu porque o sistema internacional, leia-se ONU, concebeu que todas as pessoas que foram obrigadas a deixar seus locais de moradia durante e após a 2ª Guerra Mundial, foram enquadradas como refugiados. Como a Europa foi o continente mais devastado após o embate mundial e, por consequência, registrou o maior número de pessoas civis sem casas, a ONU instituiu um regime internacional englobando todos os refugiados da guerra, provendo apoio político, diplomático e financeiro para os países (DE SOUZA, 2018).

Diante do cenário pós-guerra e sob a chancela da recém-fundada Organização das Nações Unidas, verificou-se a criação no ano de 1950, de uma entidade genuinamente universal para tratar, exclusivamente, das questões sobre os refugiados, vindo a se chamar de Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

Sob a égide da ACNUR, foi criada a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados em 28 de julho de 1951 para deliberar acerca da situação dos refugiados na Europa após a Segunda Guerra Mundial. Esse tratado global definiu, dentre outras questões, o conceito de refugiado, esclarecendo os direitos e deveres dos refugiados e dos países que os acolhem. Segundo a própria ACNUR (2018), essa convenção consolidou prévios instrumentos legais internacionais relativos aos refugiados e forneceu a mais abrangente codificação dos direitos dos refugiados a nível internacional. Ela estabeleceu padrões básicos para o tratamento de refugiados sem, no entanto, impor limites para os Estados no atendimento aos refugiados.

Nesse mister, nota-se que a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951), em seu artigo 1º, definiu refugiado como sendo alguém que temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontra-se fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país.

Assim sendo, embora o conceito atual de mobilidade forçada seja bastante amplo e englobe diversos tipos de pessoas, que de alguma forma, forma submetidas à mobilidade humana forçada, a base conceitual está plantada no Estatuto dos Refugiados, emitido em 28 de julho de 1951.

Por sua vez, nota-se que o próprio artigo 1º sofreu modificações ao longo da história. Inicialmente, a caracterização de um refugiado só abrangia eventos ocorridos antes de 1951 e estava referenciada ao contexto do final da década de 1940. Com o decorrer dos anos, os antigos instrumentos legais internacionais que eram aplicados somente a certos grupos, em especial os refugiados, ao longo do tempo sofreu evoluções e desmembramentos de forma a abranger um maior número de pessoas que eram afetadas pelas guerras, revoluções e conflitos que se mostraram diferentes em seu corpo e forma.

Convergindo com esse pensamento, Silva entende que a emergência de novas situações geradoras de conflitos e perseguições, como a descolonização do continente africano após a 2ª Guerra Mundial, tornou-se crescente a necessidade de providências por parte da ONU junto à população que estava sendo afetada diretamente por esses novos conflitos (SILVA, 2017). Consequentemente, o conceito de refugiado foi se expandindo e se alargando, de acordo com as novas realidades e desafios surgidos após o embate bélico mundial.

No que se refere ainda à ampliação sobre o entendimento e a consolidação do conceito de refugiados, Rotaèche (1996) apresenta que certos convênios de âmbito regional, posteriores ao texto celebrado na cidade de Genebra no ano de 1951 e ao Protocolo 1967, como a Declaração de Cartagena⁷, têm modificado as definições de refugiados, com foco voltado para contemplar a população que ainda não está amparada pela carta suíça.

Tecendo detalhes adicionais, Rotaèche (1996) explica que um importante instrumento de mudança foi a Convenção da Organização para a Unidade Africana (OUA), realizada no ano de 1969. Devido aos problemas singulares e a realidade peculiar vivenciada pelo continente africano, por ocasião da independência de vários países na segunda metade do século XX, a citada convenção focou na questão dos refugiados do continente africano, vindo a emitir novo conceito, ampliando ainda mais a

⁷ A Declaração de Cartagena é um instrumento regional não vinculante elaborado naquela cidade em 1984 e que tem como foco a proteção e os desafios humanitários enfrentados por refugiados. Ela é conhecida por expandir a definição de refugiado estabelecida pela Convenção de 1951 e já foi confirmada pela ONU, OEA e adotada pela legislação nacional de 14 países. Durante três décadas a Declaração tem provado ser um instrumento altamente efetivo na resposta aos diferentes desafios por seu caráter flexível, pragmático e inovador. (CALDEIRA, 2014).

versão original, com singular destaque que essa concepção só pode ser adotada na África.

Na convenção de 1969, a definição de refugiado foi elaborada como sendo as pessoas que buscavam proteção quanto à agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbassem gravemente a ordem pública. Além disso, iniciou-se uma preocupação com os “refugiados internos” aos Estados, ou seja, os deslocados internos.

Para fins da presente Convenção, o termo refugiado aplica-se a qualquer pessoa que, receando com razão, ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontra fora do país da sua nacionalidade e não possa, ou em virtude daquele receio, não queira requerer a protecção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país da sua anterior residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude desse receio, não queira lá voltar. O termo refugiado aplica-se também a qualquer pessoa que, devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade, seja obrigada a deixar o lugar da residência habitual para procurar refúgio noutro lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade. (CONVENÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DE UNIDADE AFRICANA, 1969).

Ainda como exemplo dessa pluralidade e da fragmentação dessa concepção inicial de refugiados, Mindejem (2017, apud Agier, 2010) define refugiados como sendo pessoas normais colocadas em situações anormais e acrescenta dizendo que a vida dessas pessoas é marcada pelo exercício de uma vida na ilegalidade, originada pelo abandono institucional dos indivíduos.

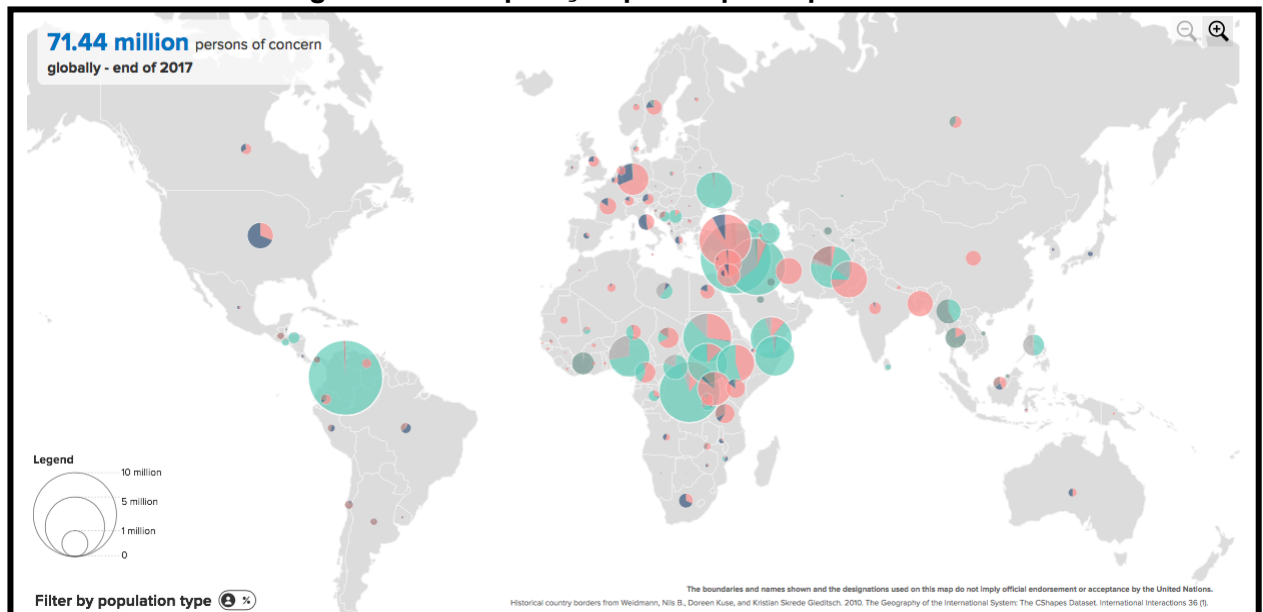
Conforme descrito anteriormente, este fenômeno é mais amplo e complexo, abarcando um total de 68,5 milhões de migrantes forçados, dos quais 25 milhões são refugiados, 40 milhões de deslocados internos e 3,1 milhões de exilados. Ou seja, os refugiados não são a maioria dessa população, a maior parte é constituída dos deslocados internos, que representaram cerca de 60% da população preocupante mundial em 2017.

Isto posto, para fins de delimitação e orientação conceitual, essa pesquisa seguiu o que está preconizado pelo ACNUR e considerou, para fins de análise, a população preocupante, abarcando toda e qualquer pessoa que foi submetida aos movimentos migratórios forçados, não se limitando a questão somente aos refugiados.

5.2 ANÁLISE DA MOBILIDADE FORÇADA NOS ESTADOS AFRICANOS BANHADOS PELO ATLÂNTICO SUL

Essa seção tem como objetivo realizar a análise da situação dos países africanos situados no Atlântico Sul, que apresentaram os números mais elevados de mobilidade humana forçada no ano de 2017. Observando a ocorrência desse fenômeno no ano de 2017, nota-se que a maior parte dos países estão localizados no continente africano e na Ásia. Sob outro enfoque, percebe-se que dois terços desse montante encontram-se situado no Sul global⁸ (terceiro mundo), predominantemente em países em que apresentaram baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A figura abaixo, a título de exemplo, fornece um panorama global sobre a distribuição da população preocupante pelos cinco continentes no final do ano de 2017, evidenciando maior concentração desse contingente no Oriente Médio e no continente africano.

Figura nº 5 – População preocupante pelo mundo



Fonte: UNHCR Global Trends, 2017.

No que tange à mobilidade humana na África, a ONU (2018) afirma que o continente enfrenta grandes problemas como pobreza extrema, doenças, desertificação

⁸ Com o fim do sistema bipolar, a *mainstream* acadêmico das Relações Internacionais considerou que o conceito de Terceiro Mundo não possuía mais consistência teórica ou operacional, uma vez que os países do Segundo Mundo (socialistas) estavam se convertendo em “Democracias de Mercado”. Logo, a introdução do conceito de Sul Global representou uma estratégia de despolitizar o significado do terceiro-mundismo. (VISENTINI, 2015).

e conflitos regionais e que esses fatores juntos somados ao quadro de deterioração socioeconômica, potencializa a problemática na região.

Restringindo o foco da análise para a África banhada pelo Atlântico Sul, foi realizado um levantamento observando o número absoluto da população preocupante em cada Estado africano inserido nessa região. A tabela abaixo apresenta o *ranking* da população preocupante entre os países africanos em análise:

Tabela nº 8 – Números da Mobilidade Forçada

| Posição | Estados | População preocupante |
|----------------|--------------------------------------|------------------------------|
| 1º | República Democrática do Congo (RDC) | 5.144.932 |
| 2º | Nigéria | 2.370.195 |
| 3º | Costa do Marfim | 702.415 |
| 4º | Camarões | 598.570 |
| 5º | África do Sul | 280.027 |
| 6º | Congo | 167.303 |
| 7º | Angola | 71.290 |
| 8º | Senegal | 18.032 |
| 9º | Togo | 13.180 |
| 10º | Gana | 13.470 |
| 11º | Libéria | 11.533 |
| 12º | Guiné Bissau | 11.221 |
| 13º | Gâmbia | 8.082 |
| 14º | Guiné | 5.729 |
| 15º | Namíbia | 4.123 |
| 16º | Benin | 1.328 |
| 17º | Gabão | 848 |
| 18º | Serra Leoa | 681 |
| 19º | Guiné Equatorial | - |
| 20º | Cabo Verde | - |
| 21º | São Tomé e Príncipe | - |

Fonte: UNHCR, 2017

Observando esses números, depreende-se que os países africanos localizados no entorno estratégico brasileiro podem gerar reflexos para a segurança e defesa da região, em particular do Brasil, devido ao grande volume de pessoas envolvidas nesse

fenômeno. Com base nos números acima destacados, nota-se que os Estados que apresentaram os piores indicadores em 2017 foram os seguintes: RDC, Nigéria, Costa do Marfim, Camarões, África do Sul, Congo, Angola e Senegal.

6 CONCLUSÃO

O continente africano passou por um longo processo de evolução histórica e política, que ainda está em curso. Atualmente, o respectivo continente possui uma representatividade global destacada, com 54 países reconhecidos pela ONU e outros em vias de conseguir sua legitimação no sistema internacional. Seus Estados representam 30% dos membros das Nações Unidas e suas idiossincrasias e problemas sistêmicos são inseridos recorrentemente em pautas na agenda internacional. Suas terras configuram 1/5 das superfícies do mundo e são dotadas de valiosos recursos naturais.

Conforme verificado anteriormente, o continente africano inaugurou seu processo de independência de forma tardia, apenas após a 2ª Guerra Mundial, enquadrado no contexto internacional da Guerra Fria. Com o colapso da ex-URSS, essa região ficou ainda mais fragilizada perante o sistema internacional. Rodrigues e Migon (2018) afirmam, por exemplo, que o término do aparato estatal proporcionado aos países africanos pelas duas superpotências da época, Estados Unidos da América (EUA) e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), marginalizou o continente no processo de globalização que ora se iniciava e tornou-se um dos grandes responsáveis pela ocorrência de novos conflitos.

Esse cenário de fragilidade na nova ordem mundial expôs aos olhos da sociedade, um continente africano marcado por baixos índices socioeconômicos, por disputas entre grupos pelo poder estatal, por guerras intraestatais, por instabilidades políticas regionais severas, fatos que geraram um aumento na ocorrência de movimentos populacionais forçados de toda ordem no continente (deslocados internos, refugiados, asilados, etc).

Isto posto, essa pesquisa procurou responder ao questionamento levantado pelo problema de pesquisa sobre em que medida, sob a ótica geopolítica, os movimentos migratórios forçados ocorridos atualmente no continente africano podem afetar o Brasil.

Para esse fim, cada capítulo procurou alcançar um objetivo distinto que, ao triangular suas conclusões parciais, permitiu um direcionamento à resposta do objetivo geral da pesquisa.

Dessa maneira, no terceiro capítulo, amparado em pressupostos geopolíticos nacionais e internacionais, determinou-se, à luz da geopolítica, o conceito e a importância do Atlântico Sul, bem como se delimitou quais países africanos compõem tal espectro. Destarte, efetuou-se uma análise geopolítica acerca da seguinte relação: países sul-americanos que estão inseridos no Atlântico Sul X países africanos que estão inseridos no Atlântico Sul. Em vista disso, o estudo definiu que o Atlântico Sul é um espaço que abarca o Brasil, Uruguai, Argentina, Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benin, Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial, Gabão, Congo, República Democrática do Congo, Angola, Namíbia, África do Sul, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde.

No prosseguimento, após a realização da análise estratégica, à luz da geopolítica, entre o Brasil e os países Africanos banhados pelo Atlântico Sul e estabelecido os Estados que compõe esse conjunto, o quarto capítulo teve como objetivo realizar uma breve investigação desses Estados, sob a ótica da falência estatal. A análise do nível de falência estatal foi executada segundo dados obtidos junto ao *Think Tank Fund for Peace* (2017), por intermédio do FSI, uma ferramenta de medição de nível de falência estatal que baseia o desempenho de cento e setenta e oito países de acordo com doze indicadores: Segurança, Elites dominantes, Insatisfação de grupos, Legitimidade do Estado, Serviços Públicos, Direitos Humanos e Estado de Direito, Desigualdade Econômica, Direitos Humanos, Escassez de talentos, Pressões demográficas, Intervenções Externas e Movimentos Migratórios Forçados.

Isto posto, buscou-se, sustentado pelo índice FSI e delimitado pelos Estados definidos no capítulo três, realizar um ordenamento dos países da África que apresentaram os maiores níveis de falência estatal e que podem trazer influências para o Brasil. Assim, a pesquisa recomendou, como primeira prioridade para o país, os países situados no topo da pirâmide da falência estatal, estão assim definidos: Guiné, Libéria, Costa do Marfim, Nigéria, Camarões, Congo e RDC.

Em seguida, mais precisamente no quinto capítulo, traçou-se um panorama sobre a questão das população que foi submetida, de alguma forma, à movimentos migratórios forçados de quaisquer natureza no continente africano. Esse estudo baseou-se no enfoque conceitual emitido pelo ACNUR, procurando se descolar da impressão generalista do tema na mídia, que centra seu foco nos refugiados apenas, analisando esse fenômeno de forma mais ampla. No que concerne aos dados, foi apresentado um *ranking* da população preocupante em 2017, dos vinte e um Estados africanos situados do Atlântico Sul que registraram os maiores índices. Em vista disso, foi sugerido que os países africanos que podem influenciar o Brasil com mais ênfase nesse tema, por exibirem números absolutos significativos de mobilidade forçada são: RDC, Nigéria, Costa do Marfim, Camarões, África do Sul, Congo, Angola e Senegal.

Definidas as conclusões parciais de cada capítulo, a tabela abaixo faz uma convergência das respostas de cada capítulo de maneira a definir quais os Estados africanos, tem mais capacidade de influenciar o Brasil nessa temática. Para tanto, segue a tabela nº 9, que apresenta esses dados com o código de cores estabelecido pelo FSI acerca dos níveis de falência estatal obtidos pelos países africanos no ano de 2017:

Tabela nº 9 – Triangulação das conclusões parciais

| Estados que compõem o Atlântico Sul | Estados com piores índices do FSI | Estados com maior número de população preocupante |
|--|--|--|
| RDC | RDC | RDC |
| Guiné | Guiné | --- |
| Nigéria | Nigéria | Nigéria |
| Guiné Bissau | --- | --- |
| Camarões | Camarões | Camarões |
| Costa do Marfim | Costa do Marfim | Costa do Marfim |
| Congo | Congo | Congo |
| Libéria | Libéria | --- |
| Angola | --- | Angola |
| Serra Leoa | --- | --- |
| Gâmbia | --- | --- |
| Togo | --- | --- |
| Guiné Equatorial | --- | --- |

| | | |
|---------------------|-----|---------------|
| Senegal | --- | Senegal |
| Benin | --- | --- |
| África do Sul | --- | África do Sul |
| Gabão | --- | --- |
| São Tomé e Príncipe | --- | --- |
| Namíbia | --- | --- |
| Gana | --- | --- |
| Cabo Verde | --- | --- |

Fonte: Elaboração Própria, 2018.

Em vista disso, esse estudo chegou a uma conclusão de que em assuntos relativos á mobilidade humana forçada no continente africano, o Brasil deve destinar especial atenção para dez países apenas, os quais estão divididos em três grupos:

O primeiro grupo de países está codificado pela cor vermelha, uma vez que os mesmos possuem as três grandes variáveis desse estudo, quais sejam: 1) residem no entorno estratégico brasileiro; 2) possuem os mais elevados níveis de falência estatal do continente africano relativos ao ano de 2017; e 3) registraram grandes contingentes de mobilidade humana forçada em 2017. Nesses termos, conclui-se que o Brasil deve destinar a máxima atenção, em ordem de prioridade, para os seguintes países: **1) República Democrática do Congo, 2) Costa do Marfim, 3) Nigéria, 4) República do Congo e 5) República dos Camarões.**

No que tange aos Estados elencados como 2ª prioridade em assuntos dessa natureza, essa pesquisa entende que são os países africanos que apresentaram elevados níveis de falência estatal, mas não apresentaram os maiores números relativos á população preocupante em 2017. Em vista disso, sugere-se que o Brasil deve destinar especial atenção para esses Estados, os quais estão codificados pela cor amarela na seguinte ordem de prioridade: **6) Guiné, 7) Libéria.**

Como terceira prioridade, esta pesquisa sugere que o Brasil deve destinar atenção em nível mais baixo que os países elencados anteriormente, para os seguintes Estados: **8) Angola, 9) Senegal e 10) África do Sul.** Embora estes países tenham apresentado números relativos á população preocupante maiores que os Estados do 2º grupo, esses países possuem níveis de falência estatais menores e, por consequência,

melhores que o grupo anterior, revelando ter instituições mais maduras, sociedade e governo em melhores condições de enfrentar esse problema.

Por fim, esse estudo entende as limitações do método, mas considera-se válido na medida em que foi realizado sob uma lente geopolítica, apoiando-se em dados de instituições sólidas, como a *Fund For Peace* e a ACNUR.

7 REFERÊNCIAS

- ABDENUR, Adriana Erthal; NETO, Danilo Marcondes de Sousa. **O Brasil e a Cooperação em Defesa: construção de uma identidade regional no Atlântico Sul.** *Revista Brasileira de Política Internacional*. 57 (1): 5 – 21 [2014]. Rio de Janeiro, 2014.
- AGIER, Michel. **Refugiados diante da Nova Ordem Mundial.** *Revista Tempo Social*. Volume 18 (2), pp. 197-215. São Paulo, 2006.
- ANDRADE, Manuel Correia. **Geopolítica do Brasil.** Campinas, SP: Papyrus, 2001.
- ALTEMANI, Henrique e LESSA, Antônio Carlos. **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas.** Volume 1. São Paulo. Editora Saraiva, 2006.
- ARAÚJO, Regina Célia. **Manual do Candidato.** 2ª Edição. Brasília. Nova Tiragem, 2007.
- BATISTA, Paulo Nogueira. **A Visão Neoliberal dos Problemas Sulamericanos.** São Paulo, 1994.
- BIJOS, Leila; OLIVEIRA, Jackeline Nunes. **A Legitimidade da Guerra nos Estados Fracassados.** *Revista CEJ*. Brasília, 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado, 1988.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Regionais 2015.** Disponível em < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/17999-contas-regionais-2015-queda-no-pib-atinge-todas-as-unidades-da-federacao-pela-primeira-vez-na-serie.html> >. Acesso em 07 de junho de 2018.
- _____. Ministério das Relações Exteriores. **África: Intercâmbio Comercial com o Brasil.** Disponível em < <http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/ICBrasilXAfrica.pdf> >. Acesso em 11 de junho de 2018.
- _____. Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa. Ministério da Defesa. Brasília, DF, 2016.
- BRASIL, Henrique Gerken. **Relações Externas Brasil-África: da Política Externa Independente ao Governo Lula.** Universidade de São Paulo. Dissertação de mestrado. São Paulo, 2016.
- BRAVO, Juliano Santos. **Fim do Consenso: a Política Externa Brasileira no Século XXI.** *Revista InterAção*, v.10, n.10, jan/jul 2016. ISSN 2357-7975. Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais de Santa Maria/RS. Santa Maria, 2016.

BRINKERHOFF, Derick W. **Rebuilding Governance in Failed States and Post-Conflict Societies: Core Concepts and Cross-Cutting Themes**. Public Administration and Development, v. 25, 3 – 14. DOI: 10.1002/pad 352. Research Triangle Institute. Washington - DC, EUA, 2005.

BROOKS, Rosa. **Failed States, or the State as Failure?** Paper da Georgetown University Law Center. Estados Unidos da América, 2005.

CALDEIRA, João Paulo. **A Declaração de Cartagena e a Proteção aos Refugiados**. CGN, 2014. Disponível em < <https://jornalggn.com.br/noticia/a-declaracao-de-cartagena-e-a-protecao-aos-refugiados>>. Acesso em 28 de agosto de 2018.

CARVALHO, Daniel. **Falência de Estados na África Subsaariana: uma questão de autoridade**. Universidade de São Paulo. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. São Paulo, 2016.

CASTRO, Tiago Castro de. **Método de Preparação e Abordagem de Temas e Questões Discursivas de História, Geografia e Geoestratégia**. Rio de Janeiro: Bibliex (2010).

CASTRO, Therezinha. **África: geohistória, geopolítica e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Bibliex (1981).

CORBELLINI, Mariana; GONÇALVES, Turíbio. **A Estratégia Marítima Brasileira Contemporânea para o Atlântico Sul. Revista do Departamento de Ciências Econômicas, do Departamento de Ciências Administrativas e do Programa de Pós-Graduação em Administração**. Universidade de Santa Cruz do Sul. Nº 40, Julho/Dezembro 2014. Santa Cruz do Sul, 2014.

COSTA, Wanderley Messias. **A Geopolítica Brasileira e sua Influência no Pensamento Estratégico Nacional**. L'Espace Politique. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

CRESWELL, Jonh W. **Projetos de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed (2007).

DE SOUZA, Orlando Mattos Sparta. **O Aumento do Fluxo de Refugiados no Brasil como Desafio para a Preservação da Defesa Nacional**. Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Trabalho de Conclusão de Curso para o Curso de Altos Estudos Militares. Rio de Janeiro, 2018.

FERREIRA, Sylvio de Sousa; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser. **Cooperação Técnica em Segurança e Defesa: Presença do Brasil na África**. Revista Brasileira de Estudos Africanos. V1, N2, Jul/Dez 2016, p. 94-111. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

FERKISS, Viktor C. **África: um continente a procura de seu destino**. Rio de Janeiro: GRD, 1967.

FORTES, Adriana. Em Vancouver, Jungmann Participa de Reunião de Defesa da ONU. Ministério da Defesa. Disponível em < <http://www.defesa.gov.br/noticias/36909-em-vancouver-jungmann-participa-de-reuniao-de-defesa-da-onu>>. Acesso em 05 de março de 2018.

FREITAS, Jorge Manoel da Costa. **A Escola Geopolítica Brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.

GABRIEL, Pedro Henrique Luz. **O Pensamento Geopolítico dos Militares Brasileiros no Século XX**. São Paulo: Editora Prismas, 2008.

GIL, Antônia Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Aureo de Toledo. **Do Colapso à Reconstrução: Estados Falidos, Operações de Nation Building e o Caso do Afeganistão no Pós-Guerra Fria**. Universidade de São Paulo. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

GOMES, Aureo de Toledo; REIS, Rossana R; Espíndola, Tainah. **Terrorismo e Estados Falidos: Uma Análise de Discurso Crítica**. Revista Opinião Pública, Campinas, vol. 20, nº 2, agosto de 2014. Campinas, 2014.

HELMAN, Gerald B.; RATNER, Steven R. **Saving Failed States**. Foreign Policy, nº 89, 1993.

INDEX MUNDI. **Produto Interno Bruto – África**. Disponível em < <https://www.indexmundi.com/map/?t=0&v=65&r=af&l=pt> >. Acesso em 09 de junho de 2018.

KERR OLIVEIRA, Lucas. **A Geopolítica Clássica e as Novas Geopolíticas: perspectivas para defesa da Amazônia, do Pré-Sal e da integração regional sulamericana**. Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Instituto Pandiá Calógeras, 2013.

KISSINGER, Henry. **A Nova Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. **Geopolítica – Introdução ao Estudo**. São Paulo: Sicurezza, 2006.

MELO, Leonardo Ático. **Análise Evolutiva da Política Nacional de Acolhimento aos refugiados**. Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Trabalho de Conclusão de Curso para o Curso de Altos Estudos Militares. Rio de Janeiro, 2017.

MESSNER, J. J. **Fragile State Index 2017**. Fund for Peace, 2017. Disponível em <<http://fundforpeace.org/fsi/2017/05/14/fsi-2017-factionalization-and-group-grievance-fuel-rise-in-instability/>>. Acesso em 07 de janeiro de 2018.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica**. Volume I. Rio de Janeiro: Bibliex, 2011.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica**. Volume III. Rio de Janeiro: Bibliex, 2011.

ONU. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951)**. Genebra, 28 jul. 1951. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2018.

ONU. **Declaração de Nova York sobre os refugiados e migrantes**. Assembleia Geral. 71ª edição. 1615809. Estados Unidos da América, 2016.

ONU. **Segurança e Legitimidade: gerenciar deslocamentos massivos de migrantes e refugiados**. Assembleia Geral. 70ª edição. 1606455. Estados Unidos da América, 2016.

PENTEADO, Sarah K. de Camargo. **Estados Falidos ou Estudos Falidos? Uma investigação acerca dos Limites do Estado**. Universidade de Brasília. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Relações Internacionais. Brasília, 2010.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **O Atlântico Sul, a África Austral e o Brasil: Cooperação e Desenvolvimento**. Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. e-ISSN, v.2, n.4, jul-dez 2013. Rio de Janeiro, 2013.

PEREIRA, Glória; BIZERRIL, José. **Refugiados no Brasil: Estigma, Subjetividade e Identidade**. Centro Universitário de Brasília. Volume 5, n. 1/2, pg 119-134. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/cienciasaude/article/view/575>>. Acesso em 16 de agosto de 2018. Brasília, 2007.

PEREIRA, Ricardo de Amorim Araújo. **O Tabuleiro Geopolítico pós conflito da Criméia de 2014**. Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Trabalho de Conclusão de Curso para o Curso de Altos Estudos Militares. Rio de Janeiro, 2017.

RODRIGUES, Anselmo de Oliveira. **África: da origem aos dias atuais**. Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Trabalho de Conclusão de Curso para o Curso de Altos Estudos Militares. Rio de Janeiro, 2015.

RODRIGUES, Anselmo. de Oliveira **Operações de Paz no continente africano: estudo de caso em Angola e Moçambique**. Tese à ser apresentada à Escola de Comando e Estado-maior do Exército. Rio de Janeiro, 2018.

RODRIGUES, Anselmo de Oliveira; MIGON, Eduardo Ferreira Xavier Glaser. **A Migração forçada no continente africano**. Artigo submetido em 10 de abril de 2018, à Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana (REMHU). Rio de Janeiro, 2018.

RODRIGUES, Anselmo de Oliveira; MIGON, Eduardo Ferreira Xavier Glaser. **A Mobilidade forçada no continente africano**. Rio de Janeiro, 2018.

ROTAECHE, Cristina J. Gortázar. **Los Refugiados de Facto**. Universidad Pontificia ICAI ICADE Comillas Madrid. Revista del Instituto Universitario de Estudios sobre Migraciones. Disponível em <http://revistas.upcomillas.es/index.php/revista_migraciones/article/view/5009/4822>. Acesso em 18 de agosto de 2018. Espanha, 2006.

SANTA BÁRBARA, Marcelo de Jesus. **A África e o entrono estratégico brasileiro**. **Revista a Defesa Nacional**. Ano CII – Nº 827 – 2º quadrimestre de 2015. Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, Carlos A. Giovanini. **As Ações do Exército Brasileiro em Apoio à Política Externa Brasileira Voltada para a África**. Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Tese de Doutorado para o Curso de Altos Estudos Militares. Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Antônio Ruy de Almeida. **O Brasil e a Segurança de seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul. Capítulo 8: O Atlântico Sul na Perspectiva da Segurança e da Defesa**. Brasília: IPEA, 2014.

SILVA, Daniela Florêncio. **O Fenômeno dos Refugiados no Mundo e o Atual Cenário Complexo das Migrações Forçadas**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais. v. 34, nº 1, 163-170, jan/abril 2017. Belo Horizonte, 2017.

SILVA, Francisco. **Geopolítica: Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2017

TYBEL, Douglas. Minicurso Projeto TCC. **Guia da Monografia**, 2017. Disponível em <<https://guiadamonografia.com.br/projeto-tcc-mini-curso/>>. Acesso em 09 de janeiro de 2018.

THE FUND FOR PEACE. **The Fund for Peace Methodology and Cast Frameworks**. Washington – DC. Estados Unidos da América, 2017.

TYBEL, Douglas. **TCC em Blocos**. 1ª ed. São Matheus: Kings 2017. 130 p.

UNHCR ACNUR. **Agência da ONU para os Refugiados_Brasil**. Disponível em <<http://www.acnur.org/portugues/fale-conosco/>>. Acesso em 16 de agosto de 2018.

UNHCR. **Global Trends: Forced Displacement in 2017**. The UN Refugies Agency. Genebra, Suíça, 2017.

VISENTINI, Paulo; RIBEIRO, Luiz Dario; PEREIRA, Analúcia. **História da África e dos Africanos**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

XAVIER, Elmir. **Um Estudo Comparado do Processo de Independência, da Formação das Forças Armadas e da Participação em Operações de Paz de Estados Falidos do Continente Africano: Angola, Moçambique e Namíbia**. Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Monografia para o Curso de Altos Estudos Militares. Rio de Janeiro, 2016.